



Polêmica, imigração e economia na imprensa rio-grandina

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

144



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uolo.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Polêmica, imigração e economia na imprensa rio-grandina



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Polêmica, imigração e economia na imprensa rio-grandina



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Polêmica, imigração e economia na imprensa rio-grandina
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 144
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN - 978-65-5306-124-8

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 27 out. 1889

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

As querelas entre o *Maruí* e *O Cabrion* / 11

Portugueses no Rio Grande da virada do século XIX e sua imprensa / 47

Comércio e contrabando no Rio Grande do século XIX sob o olhar do jornalismo / 61

Porto e Barra do Rio Grande na primeira metade do século XIX: perspectivas jornalísticas / 75

As querelas entre o *Maruí* e O *Cabrion*

Além de uma disposição de espírito, o humor tem se constituído também, ao longo da história, em uma forma de manifestação humana, através da expressão de ideias, da emissão de opiniões, da mobilização pública, da tentativa de esclarecimento das coletividades, bem como, e de forma mais evidente, de promover o entretenimento nas sociedades. Associado à imprensa, o humor, por meio de diversas modalidades jornalísticas, acabaria por encontrar um elemento multiplicador e divulgador em larga escala, atingindo um público alvo significativamente numeroso. Assim, através do jornalismo, o humor, por intermédio das mais variadas linguagens escritas, gráficas e visuais, viria a transmitir uma determinada óptica, calcada normalmente na ironia e na crítica, sobre uma dada realidade, em uma determinada comunidade, expondo, em geral, as chagas e os desvios sociais, bem como os desmandos político-administrativos. Nesse sentido, a imprensa de caráter humoral exprime formas de comunicação e informação entre os indivíduos de uma coletividade, permitindo que, em suas páginas, sejam desvelados detalhes dos mais variados elementos constitutivos que caracterizaram uma dada sociedade, em um específico período histórico.

Durante o século XIX, o humor, associado ao espírito crítico, esteve presente em várias das publicações que marcaram a imprensa da cidade do Rio Grande, uma das mais importantes comunidades gaúchas de então. A imprensa rio-grandina - que a partir do encerramento da Revolução Farroupilha entrara em uma fase de amplo crescimento, o qual viria a culminar na sua etapa de maior apogeu, durante as três últimas décadas daquela centúria - teve o cunho humoral melhor representado em dois de seus gêneros jornalísticos, os pasquins e as folhas caricatas. Os pasquins foram típicos dos períodos pós-revolucionários, circulando mais marcadamente durante os anos quarenta e cinquenta, mas coexistindo com os demais tipos de publicações ao longo do século XIX, aparecendo, de forma tardia, mais numerosamente, na virada desta centúria. Já os semanários caricatos tiveram uma fase áurea junto ao jornalismo rio-grandino entre as décadas de 1870 e 1890, quando circularam vários jornais com distribuição razoavelmente regular e boa feitura gráfica para os padrões da época. Nessa linha de prática do humor, os caricatos viriam a representar uma evolução em relação aos pasquins, apresentando um olhar crítico, no geral, mais refinado e com uma linguagem menos vulgar em relação à sociedade rio-grandina. Ainda que essencialmente crítico-humorísticas, essas publicações consideravam a si mesmas como portadoras de uma função social bem definida, de modo que muitas delas apresentaram-se como moralizadoras e fiscalizadoras da sociedade, servindo a graça para apontar os descaminhos (e a possível correção de rumos) dos membros de uma comunidade.

No quadro da expansão de tal prática jornalística, vivenciada em diversas localidades brasileiras¹, sul-rio-grandenses² e rio-grandinas³, mesmo que as folhas ilustrado-humorísticas tenham buscado um afastamento da pasquinagem, garantindo que não se imiscuiriam com as questões da vida privada ou cometessem deslizes textuais e imagéticos voltados a atingir outrem, por vezes, mormente quando se envolviam em polêmicas, inclusive com outros periódicos, surgiam as ocasiões para que reforçassem a acidez e o deboche de suas manifestações. Na cidade do Rio Grande, os semanários destinados a difundir a arte caricatural acabariam por se envolver em diversas querelas, inclusive com seus

¹ Observar: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, tomo 80, p. 587-609.; LEMOS, Renato. *Uma História do Brasil através da caricatura (1840-2006)*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2001.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.; e WERNECK, Humberto. *A revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

² Ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

³ Verificar: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999. p. 165-245.; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 389-469.

congêneres. Foi o caso dos embates ocorridos entre o hebdomadário rio-grandino *Maruí* e o pelotense *Cabrion*.

O *Maruí* foi um periódico ilustrado-humorístico que circulou na cidade do Rio Grande entre 1880 e 1882, período em que sustentou o caráter incisivo que era típico dos hebdomadários voltados à sátira e à caricatura. Sua denominação vinculava-se ao termo “maruí”, ou “maruim”, referindo-se a um inseto díptero da família dos Quironomídeos. Assim, a exemplo de outros periódicos que adotaram denominações de insetos, o nome *Maruí* revelava as intenções do semanário de executar, analogicamente, as atitudes de um inseto, ou seja, “picar”, “produzir ardor ou comichão”, promovendo intensa agitação na sociedade da comunidade portuária⁴.

Esse hebdomadário começou a circular em 4 de janeiro de 1880, seguindo os padrões das folhas caricatas da época, ao editar oito páginas, divididas meio a meio entre textos e desenhos. Em seu frontispício, apresentava-se como “periódico ilustrado, satírico e recreativo”. Sua impressão era realizada em tipografia/litografia própria e o custo de sua assinatura variou de 14\$000 ao ano; 7\$500 ao semestre; e 4\$000 ao trimestre, passando posteriormente para 16\$000 (ano); 9\$000 (semestre) e 5\$000 (trimestre). Suas edições semanais saíam aos domingos. O *Maruí* ofereceu ao povo rio-grandino muitas páginas de sátira, bastante apreciáveis e, em muitas ocasiões, foi feliz na animação de seus bonecos postos em movimento com graça e

⁴ ALVES, 1999, p. 194-195.

oportunidade⁵. O seu programa foi expresso na forma de um poemeto satírico, revelando algumas de suas intenções:

O meu programa defini-o
Sem rodeios, francamente:
Pretendo ver se enriqueço
Trabalhando honestamente.

Às donzelas rio-grandenses
Venho pedir proteção,
Sabendo que elas possuem
Um sensível coração.

Abri, pois, as vossas bolsas
Ao travesso *Maruí*,
Se estiverem recheadas
Não sairei mais daqui!

Eu sou um pequeno inseto
Ligeiro, alegre e teful,
A volitar buliçoso
Por estas plagas do sul!

Tranquilizai-vos, leitoras,
Não tem veneno o ferrão,
Posso, pois, em vossos rostos
Ir dar um leve chupão!

Não vou manchar minhas asas
Pelo lodo dos pauis,
Desprendo o voo ligeiro
Só nos espaços azuis!

⁵ FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 342-343.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Vossas bolsas sejam flores
Em que chupe o *Maruí*;
Se vossos risos brotarem
Não hei de siar daqui!

Não irei aos aposentos
Das esposas recatadas,
Ferir alheios melindres
Com grosseiras assoadas.

A vós também mocidade
Dos clubes carnavalescos,
Que alegrais a sociedade
Com vossos ditos burlescos;

Que desfraldais sempre às auras
O garboso pavilhão,
Pedimos o vosso auxílio
Sem reçar um *carão*!

Imprensa da minha terra,
Forte, ousada paladina
Que pregais os vossos programas
Em toda e qualquer esquina;

E vós também, ó sectários
Da chinesa emigração,
Sineiros, padres, marujos
E Jacinto garrafão;

Atendei: abri as portas
Ao zunidor *Maruí*,
Que vos dará mais prazeres
Que a cachaça Parati!

Se por acaso, indiscreto
For pousar num toucador,
Não tende susto, leitoras,
Não faço intrigas de amor!

Alegre como as crianças,
Franco, honesto e folgazão,
Quero abrir as minhas asas
Ao quente sol do verão!

Gozar a vida, que é breve,
Sempre a rir, sempre a brincar,
Desprezando vãs tristezas
Num constante volitar!

Se me dais algumas *notas*
Conto pilhérias a mil;
(Mas essa *notas* que sejam
Do tesouro do Brasil)!

Eis o meu programa
Variado, apetitoso!...
E sem mais, caros fregueses,
Eu me despeço saudoso!
(MARUÍ, 4 jan. 1880)



Publicado na cidade de Pelotas, o *Cabrion* circulou de 1879 a 1881, apresentando-se primeiramente como folha ilustrada de assuntos políticos e sociais, para depois simplificar o dístico, resumindo-o a folha ilustrada e humorística. Eram seus proprietários o desenhista português Eduardo Antônio de Araújo Guerra, que também atuou em Porto Alegre e em São Paulo, e o litógrafo francês Eduardo Chapon. Suas páginas eram impressas na tipografia do *Jornal do Comércio* e na oficina própria de litografia⁶. Os custos de sua assinatura eram de 16\$000 anuais, 9\$000 semestrais, ou 5\$000 trimestrais, custando 500 réis o seu número avulso.

Seu título repetia o de várias folhas do mesmo gênero espalhadas pelo mundo e fazia referência ao ato de importunar, molestar ou perseguir incessantemente, bem de acordo com suas práticas críticas, ferinas e chistosas. O caráter crítico, censório e jocoso ficava demarcado no programa editado no primeiro número:

No alcazarino banquete da imprensa que firma sua existência na gargalhada – que rebenta franca e expansiva – toma hoje lugar o *Cabrion*.

Seu aparecimento, natural e lógico, mais uma vez realiza o prolóquio francês:

“Lê roi est mort, vive le roi!”

Para que o *Cabrion*, cujos brasões refulgem com o brilho do mais acentuado cavalheirismo, viesse saudar os povos da sultana de São Gonçalo, foi preciso que se afundasse nas sombras de um passado odioso esse inseto – a quem a natureza concedeu a missão de fabricar a doce e medicinal substância que em Portugal

⁶ FERREIRA, 1962, p. 201-208.

se vende em odres, mas que a vingança mesquinha transformou em esponja embebida em fel e veneno.

O *Cabrion* é uma tradição, um tipo que ressurge da história para perseguir no presente a desonestidade, o abuso e a vilania.

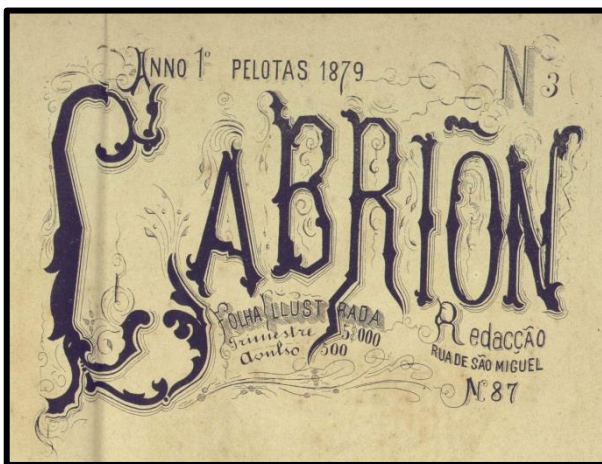
Terá sempre um culto para o bem, uma homenagem de justiça para o mérito, e consagrará todos os seus esforços em prol da democracia legítima.

Desprezando a política de campanário, a falsa política que amesquinha caracteres e degrada a opinião, o *Cabrion* será severo apreciador dos atos de todos os partidos e de seus pró-homens.

E rirá o *Cabrion* em face de tudo e de todos, mas rirá sem ferir, sem o motejo dos petulantes, sem o escárnio maligno e estúpido dos comediantes sociais.

Exercerá a crítica nos limites da decência, a crítica que castiga, mas não magoa, diverte, mas não provoca expansões de ódio.

E, nestes termos, o *Cabrion* saúda o respeitável público.
(CABRION, 10 fev. 1879)



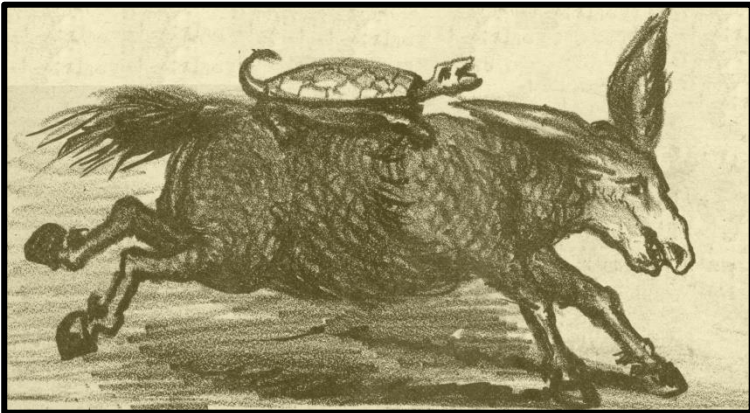
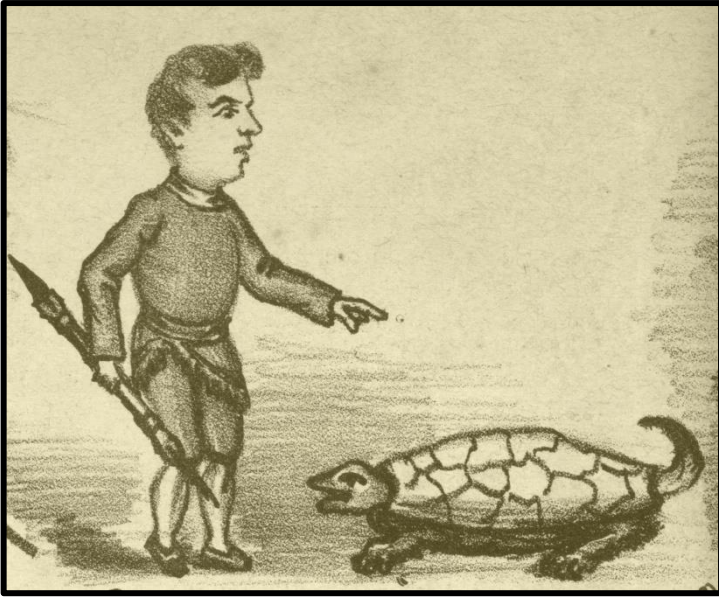
A relação entre os dois periódicos parecia iniciar em termos cordiais, com as representações redacionais de cada um cumprimentando-se, com o pelotense dizendo: “Seja bem-vindo Sr. *Maruí*, mas o colega tem o privilégio de jarro, carrega asas”; ao que o outro respondia: “Ah sim é para não correr, voar!...” (CABRION, 18 jan. 1880). O encontro foi também alocado na capa da folha rio-grandina, mas já colocando em pauta um tom mais provocativo, ao questionar: “Pergunto primeiramente ao colega, se é padecente de reumatismos crônico ou recente, ou outra qualquer afecção articular?...”; vindo também a explicar a pergunta: “Falo da sua demora, da posição de seu pé e desse formidável *bastão*, que sem ele não caminharia por esse mundo d’além...”. Já ao final da legenda, o *Maruí* arrematava com ironia: “Realmente sinto nesta ocasião não dispor de uma cadeira, para alívio momentâneo de seus sofrimentos... Aceito, Sr. *Cabrion*, seu cumprimento e havemos de ser muito amiguinhos... Sim?” (MARUÍ, 25 jan. 1880).

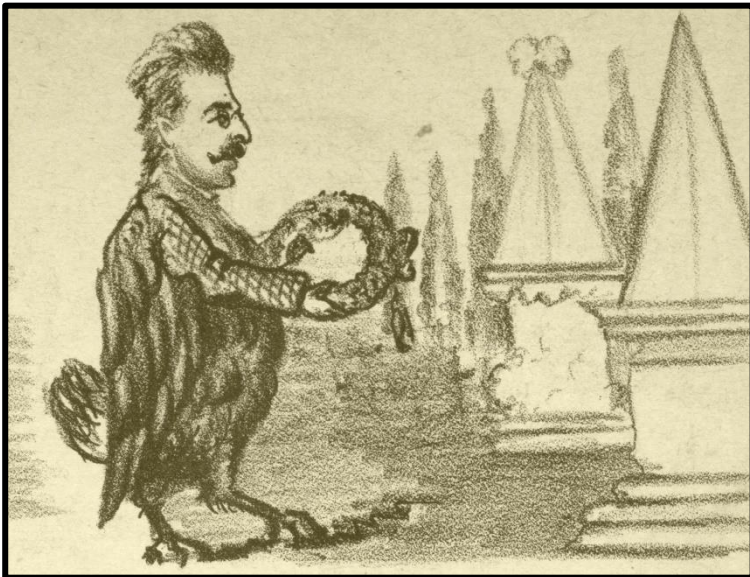
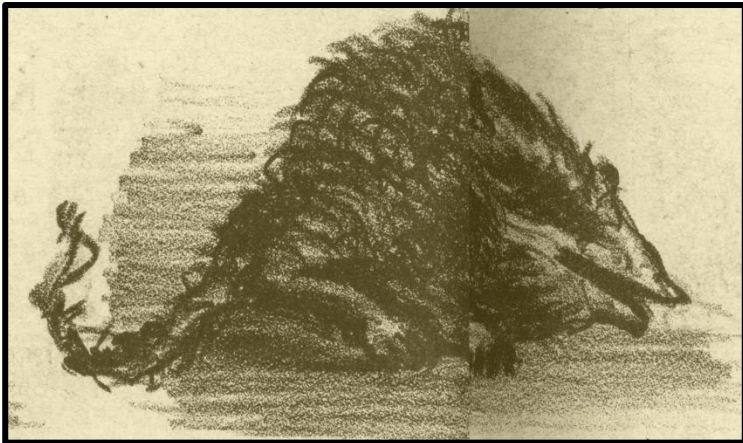


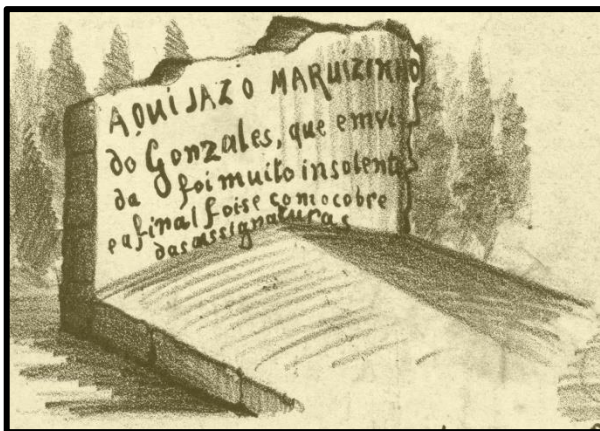


A resposta do *Cabrion* não tardaria, agradecendo “o cuidado que tomou o ilustradíssimo e espirituosíssimo colega pela nossa saúde”. Reconhecia que sofria de reumatismo por ser “bastante velho”, enquanto “o coleguinha traz o pescoço tão inchado, que parece estar pedindo operação”, recomendando os serviços do *Diabrete*, outro desafeto do *Maruí*. Para arrematar, dizia: “o que vale é que nós o conhecemos das *casas velhas*, por isso não damos cavaco”. Em outra nota, a publicação pelotense negava a inserção de um poema enviado à redação, indicando que o autor deveria guardar “os seus *versos*, ou mandá-los “para o *Maruí*, que com certeza há de publicá-los”. Na parte ilustrada, os funcionários do *Maruí* eram representados por uma fera que destruía o jornalismo com suas garras, um cágado, com sua lentidão, um burro, com suas limitações e uma ratazana e toda a ojeriza que esse animal despertava. Além disso, era prevista uma morte prematura para o periódico rio-grandino, com a visita ao seu túmulo e a inscrição de seu epitáfio (CABRION, 1º fev. 1880).



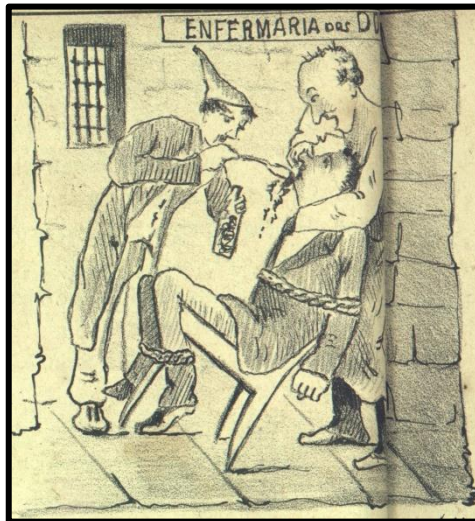




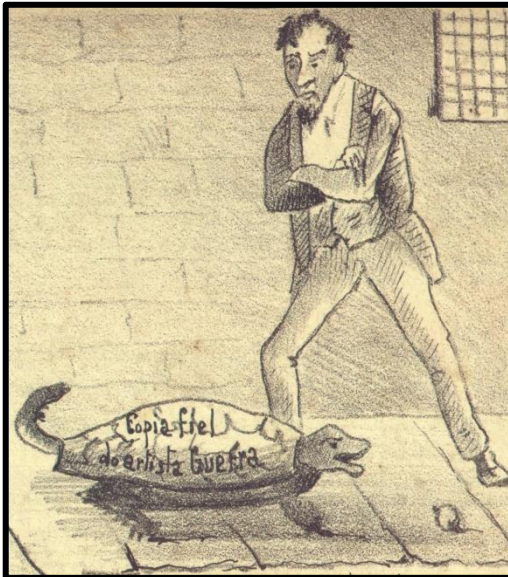
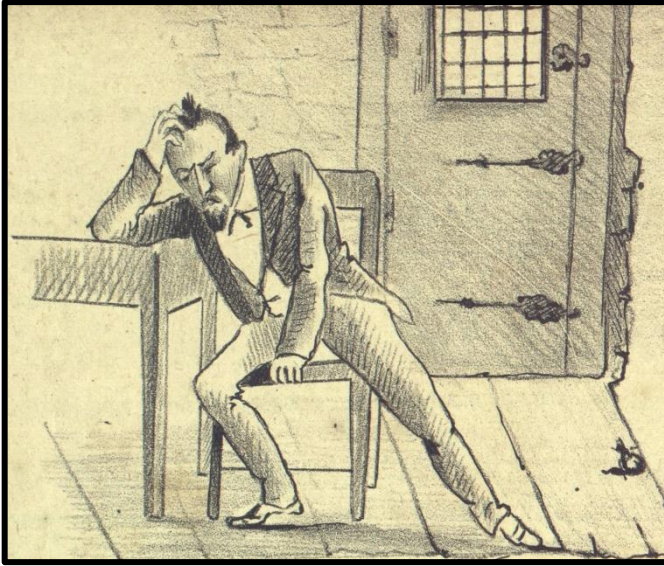


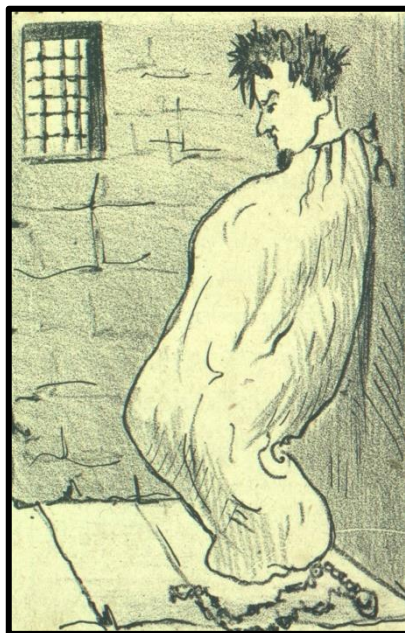
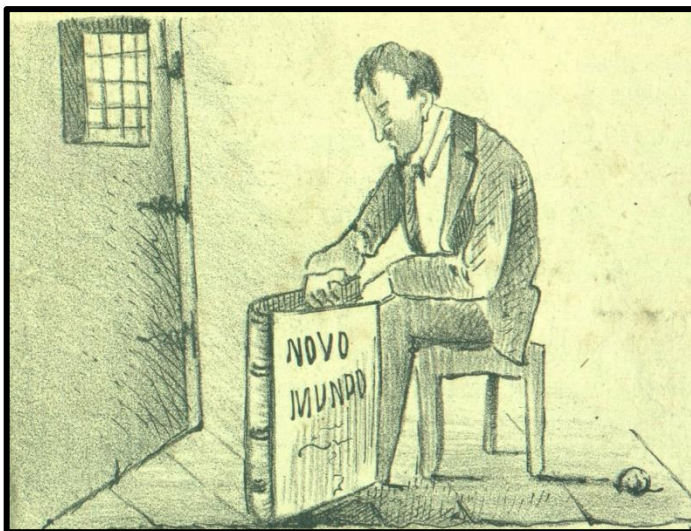
O *Maruí* não esperou, partindo para o ataque por meio de uma série de caricaturas, tendo na abertura o bobo da corte, que designava a sua redação, a dar pauladas em uma serpente, no sentido de um ser maléfico, para simbolizar o semanário pelotense. Nos desenhos seguintes, o proprietário do *Cabron* era tratado como um louco, que habitava um hospício, e seu jornal enquadrado como um cágado, em alusão à lerdeza que marcaria sua jornada. O diretor da folha pelotense era ainda visto como um artista que copiava outros e voltava a ser tratado como doido, sendo colocado em camisa de força. No encerramento, o *Maruí* apelava novamente para a ironia, dizendo que rezava para que o *Cabron* tivesse “uma longa vida”, uma vez que ele teria “alguma utilidade para o público”. Em nota, o semanário rio-grandino declarava que “as gentes do *Maruí* atiraram-se com unhas e dentes, não ao *Maruí* porque *elas* nunca tiveram onde aprender preceitos de imprensa, mas ao seu proprietário”, por julgar “talvez que esse honrado artista trouxesse em si alguma coisa verde a lhe desafiar

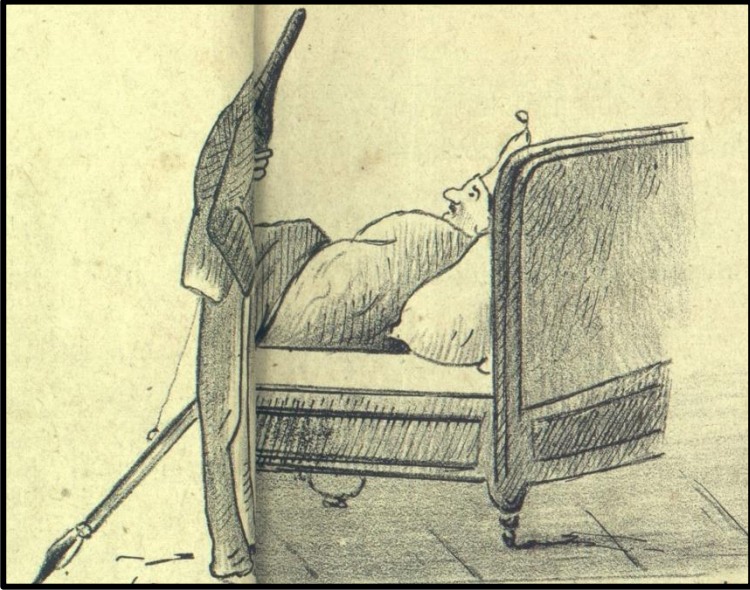
o paladar”; e encerrava afirmando que não deveria ser dada “trela a semelhantes criaturas” (MARUÍ, 8 fev. 1880).



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

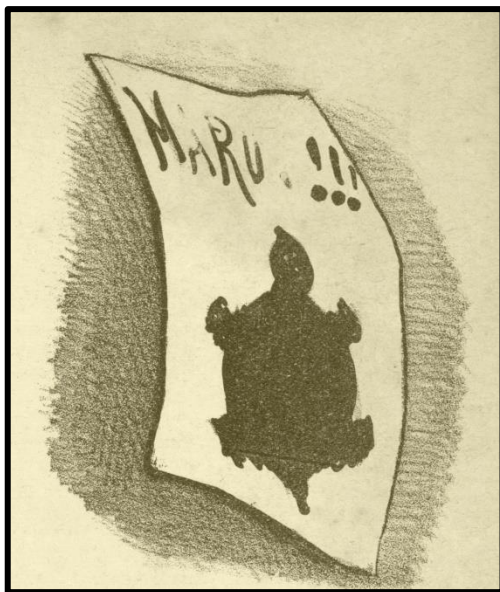






A querela se mantinha, com o *Cabrion* apresentando um conjunto caricatural que combatia ferrenhamente o *Maruí* e outro periódico intitulado *Mignon* (CABRION, 8 fev. 1880). A respeito de um correspondente do *Maruí* que declarara “não querer entrar em concorrência com os redatores do *Cabrion*”, a folha pelotense concordava, uma vez que assim aquele estaria “atendendo aos seus *profundos* conhecimentos literários” e, mantendo a ironia, o considerava como “*talentoso e inteligentíssimo*”. Publicava também uma caricatura com a capa do *Maruí*, contendo apenas um borrão com a forma de uma tartaruga, aludindo mais uma vez à pouca agilidade editorial do rival (CABRION, 15 fev. 1880). Na mesma data, o bobo da corte do *Maruí* representava o adversário, como um porco, um animal comilão e insaciável, abraçando-lhe e agradecendo por ter já enchido tanto as medidas, que estaria “gruindo de satisfação” (MARUÍ, 15 fev. 1880). Na continuação, a folha rio-grandina demarcava que “o *Cabrion* o que quer é uma cevada, por nossa parte já de há muito tempo, resolvemo-nos não mostrar nem sequer um *feixinho*”; e complementava, demarcando que, “como ele nos pede, daremos o último”, e “ficaremos de cá apreciando o risonho alvar e aparvalhado do escancarar da boca enorme e vermelha da trupe do *Cabrion*”. Na caricatura anunciada, a publicação do Rio Grande revelava jocosa e sarcasticamente que os confrontos com o inimigo figurativamente adquiriam um contorno belicoso, com o bobo da corte atrás de uma muralha, observando os movimentos do outro por meio de uma luneta, afirmando que não estava a ver nada, quanto ao aparecimento de “mais um campeão da galhofa” (MARUÍ, 29 fev. 1880).







Indicando uma interrupção na linha de transmissão, um cão aparecia sentado em um fio de telégrafo, interrompendo a transmissão que seria emitida pelo *Maruí*, mais uma vez representada por um burro (CABRION, 7 mar. 1880). Na coluna “Recados de Pelotas”, o semanário rio-grandino confirmava aos seus “amigos, que mais uma vez se confirmou por aqui o antigo adágio – *quem deve a Deus, paga ao diabo*”. Dizia ainda que “tanto garatujou” o proprietário do *Cabrion* “no seu poste de difamação, que afinal achou quem lhe garatujasse nas costas com um bom vergalho”. Desse modo, “o homem apanhou de vergalhada velha e se não apanhou mais, foi por que soube prestar obediência ao rifão”, segundo o qual “*enquanto eu corro, meu pai tem filho*”. O *Maruí* afirmava que não se regozijava “com os males alheios”, mas que diria “sempre que o único

remédio contra os caluniadores vilões é pau” (MARUÍ, 7 mar. 1880).




Em sua capa, o *Cabrion* voltava à carga, apresentando o *Maruí* mais uma vez como um burro, dizendo-lhe desafiante: “cuidado bruto, deixa-me passar livremente e não te metas comigo, do contrário não sei se sabes as consequências” (CABRION, 4 abr. 1880). A respeito da capa da folha pelotense, o *Maruí* afirmava em seu “Expediente” que vira “por acaso o último número” do *Cabrion*, “publicado na cidade vizinha”, o qual trazia “na primeira página umas coisas que até hoje não podemos decifrar”, ou seja, “no centro um quadro representando o país, com mais umas outras figuras esquisitonas, capazes de meter no chinelo o Agostini ou o Bordalo”, referindo-se a dois famosos caricaturistas. Enfatizava “principalmente” a figura “que representa o Brasil tendo boca de bague e os pés de pato”. Ao final, exclamava: “Ah! *Cabrion* da minha alma, tu estás pouco a pouco *bestalizando* a raça humana nos desenhos” (MARUÍ, 11 abr. 1880).

ANNO 2 PELotas 1880 Nº 61

CABRION

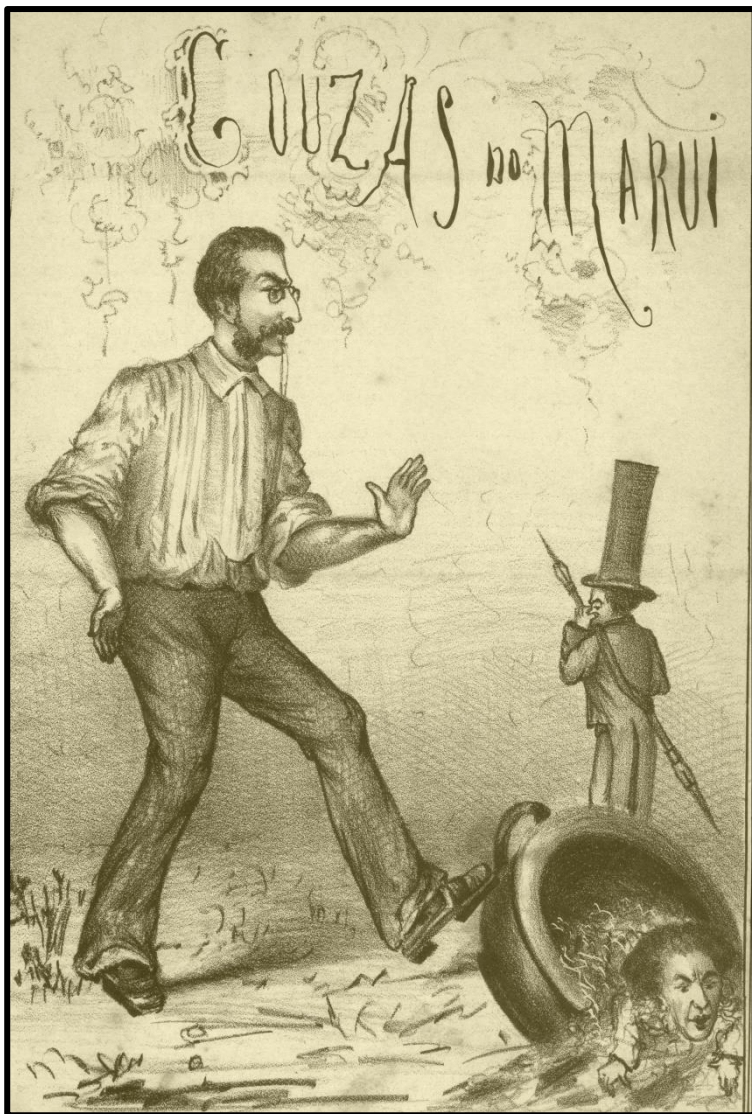
NA PROVINCIA		FOLHA ILLUSTRADA	FORA DA PROVINCIA	
Anno	16:000	Redacção	Anno	20:000
Semestre	9:000	RUA DO IMPERADOR Nº 127	Semestre	11:000
Trimestre	5:000		Avulso	500



A detailed black and white illustration showing a man on the left, dressed in a dark, long-sleeved jacket and light-colored trousers, holding a comb and grooming the back of a horse. The horse is standing and facing right. The background is filled with dense, cross-hatched lines, suggesting a textured or outdoor setting. The entire illustration is enclosed in a simple rectangular border.

Em outra ocasião, o *Cabrion* voltava a não aceitar os versos enviados à sua redação, indicando novamente que fossem enviados ao *Maruí* (CABRION, 11 abr. 1880 e 25 abr. 1880). Não foi necessário aguardar muito para que viesse a reação do periódico rio-grandino, segundo o qual “o nosso amicíssimo colega de Pelotas não nos perdoa a ocasião de meter a sua rabecada” e, em contrapartida, passava a analisar o conteúdo do rival, insistindo nos erros gramaticais que o mesmo apresentara, avisando que, “se o *Cabrion* começa a trocar os ‘bb’ pelos ‘vv’, lá se *bai* tudo por água *avaixo*”, de maneira que aconselhava que o outro deixa-se “de inovações”, devendo o colega escrever “as coisas como lhe ensinaram, do contrário não escreva nada”, o que seria “mais prudente” (MARUÍ, 2 maio 1880). Sem deixar passar os desafios, o *Cabrion* apresentou o outro hebdomadário como uma figura simiesca, ou seja, aquela que cometia imitações grosseiras ou ridículas, que se limitava a tocar pandeiro, ou seja, alardeava suas futilidades, sem abordar temas mais profundos (CABRION, 2 maio 1880). Mais um recado era remetido “ao *Maruí*”, com a recomendação de que o mesmo deixasse “de dar-se ao desfrute”, pois “quem nasceu para dez réis nunca chega a vintém”, ainda mais no caso de alguém que “só diz disparates iguais às suas orelhas, de palmo e terça” e, ao finalizar denominava o outro semanário de “pastrana”, ou seja, um grosseiro, descarado ou desagradável. Na caricatura denominada “Coisas do *Maruí*”, a publicação pelotense sugeria que havia algo de pobre na redação do semanário rio-grandino (CABRION, 9 maio 1880).

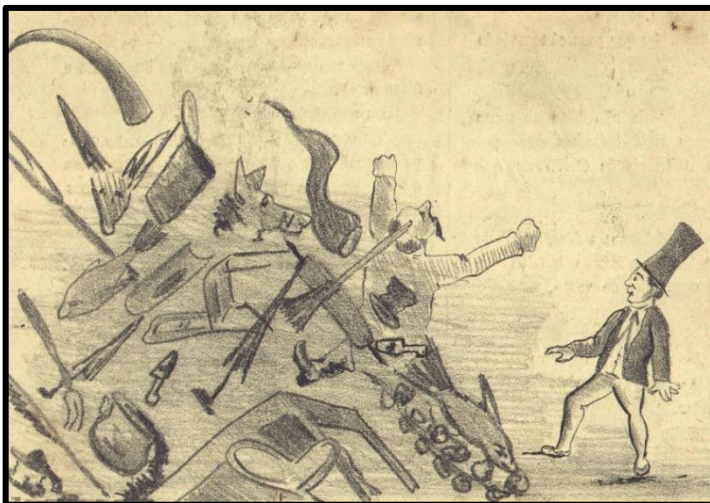




Sob o título “Aquele *Cabrion*”, o *Maruí* prosseguia na batalha, afirmando que aquele equivalia aos seus “pecados, não se pode com a vida dele”, de modo que ele “arrufa-se, retorce-se, esguia-se, e por mais que se faça para contê-lo é impossível”. Revelava ironicamente que queria “tão bem ao *Cabrion*, apesar dele, *obstinado pela sua loucura*, teimar em meter na dança, que nada de comum tem conosco”. O rival era acusado de usar uma “nefanda máscara repugnante”, envolvendo-se com a prática da pasquinagem, ao aproximar-se dos “*papeluchos manchados*”, apontando que o *Cabrion* “mais parece um papel manchado de tinta preta, do que um jornal caricato”. Ao final, dava um conselho à publicação pelotense, demarcando que ele não nascera “para publicista”, de modo que deveria por “em rifa o periódico” e dedicar-se “à criação de galos, para expor nos rinhedeiros e deixar falar o povo” (9 maio 1880).

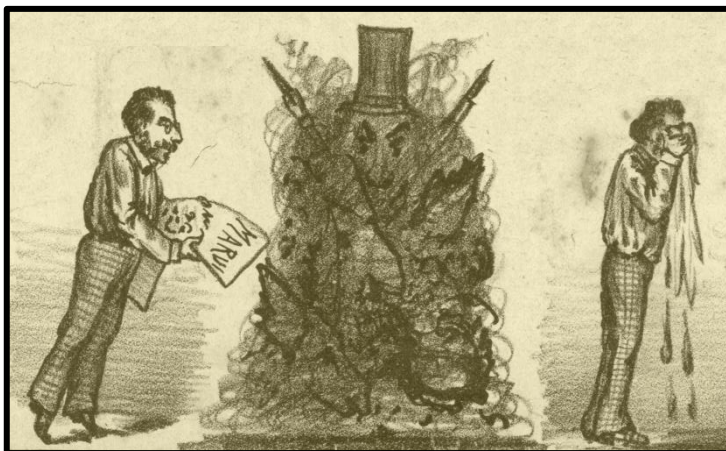
Mais adiante, o *Maruí* buscava demonstrar que a discussão deveria estar passando dos limites, ao manifestar que “tão cedo não queremos conversa”, pois “desejaremos encher o pote para depois conversar”. Ainda assim não deixava de expressar seu desejo pelo debacle da folha adversária, imaginando os utensílios – incluindo um burro – e o proprietário da mesma sendo destruídos, vindo a afirmar: “Queda do *Cabrion*?... Meu Deus, que dia de juízo seria esse!!!...” (MARUÍ, 16 maio 1880). Por outro lado o *Cabrion* permanecia desqualificando a publicação caricata rio-grandina através de pequeníssimas notas, como ao indicar que as colaborações enviadas à sua redação, que eram consideradas como descartáveis, deveriam ser remetidas ao *Maruí*, em cujas páginas seriam inseridas, como foi o caso de um texto, caracterizado como “matéria velha e

sem cotação na praça”, apresentando ao autor o possível destino; “mande-o para o *Maruí*”. No segmento ilustrado, a folha pelotense publicou um versinho que troçava com a equipe e o diretor do periódico rival (CABRION, 16 maio 1880).

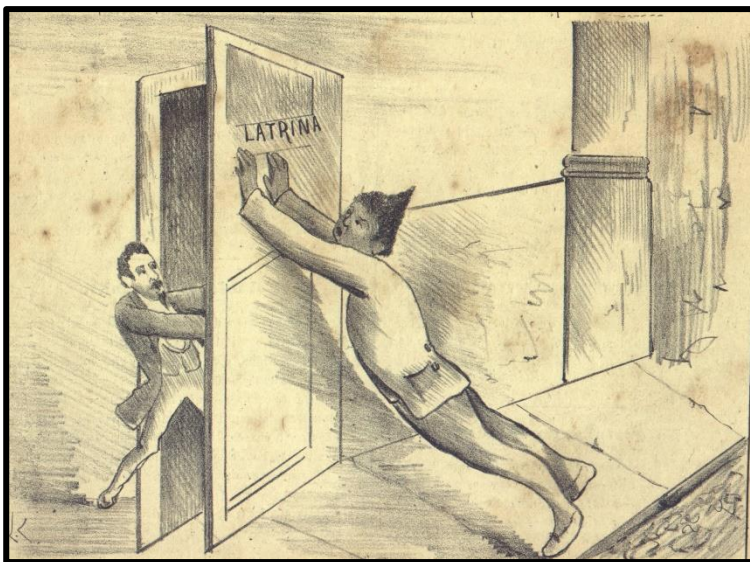


ao maruí
Rolando junior, o pedante
Vidal, é intrusão;
Não sei mesmo o que responde
Do Gonzales charlatão.

O artigo “Aquele *Cabrimon...*” foi editado mais uma vez pelo *Maruí*, com a declaração deste de que não queria se “importar mais com ele”, mas que isso ficara inviável, uma vez que “o malvado do rapaz leva todo o santo dia a nos atazanar os ouvidos com as suas *melodiosas* e *adocicadas* frases de sorte”, as quais “nos coloca para com o público em condições desfavoráveis se não lhe retrucarmos”. Apontava mais uma vez para os erros tipográficos e gramaticais cometidos pela publicação pelotense, citando “as pérolas todas colecionadas” a partir de tais incorreções (MARUÍ, 23 maio 1880). No mesmo dia, o *Cabrimon* apresentava o texto intitulado “Pobre *Maruí*”, considerando que este seria “realmente um jornal que o pintor colocaria em uma natureza morta, e que bem poderia ter um certo sucesso *em salon des refusés*. Tal “pobre” folha dera provas “de seu *idiotisme hebdomadaire*”, que dedicara a seu desafeto “uma tirada assaz comprida, que poderia causar susto pela extrema pobreza de ideias, e pela estupidez, sobre a sorte do infeliz que o botou à luz”. Indicava que o *Maruí* deveria realizar “uma discussão pouco comprida”, pois, do contrário, todos seriam “forçados a procurar um colaborador em qualquer hospital de alienados. Por meio de caricatura, demarcava que o público não teria interesse para comprar “a futrica” do *Maruí*, de modo que um empregado deste periódico acabaria por sair queimado, enquanto o diretor da folha chorava copiosamente (CABRION, 23 maio 1880).



A coluna “Aquele *Cabrion*” voltou a ser publicada pelo *Maruí*, trazendo um caráter de despedida. Nesse sentido retomava a estratégia da ironia, ao constatar que o periódico pelotense “é de gênio pacífico” e “incapaz de fazer mal a quem quer que seja”. Ainda assim, a redação lamentava que “por não ter mais ocasião” de dar ao rival “duas varas de conversa, mas cá o patrão não quer, ou antes, pela deliberação de nosso tribunal ficamos inibidos disso”, concluindo que, “paciência, o que é bom não dura sempre” e, “então meu rico *Cabrion*, adeusinho, adeus, vive contente e feliz e... até a consumação dos séculos”. No segmento caricatural aparecia a nova representação redacional do *Maruí*, tentando evitar que o responsável pela edição do *Cabrion* saísse da “latrina”, pois não queria “infectar os favorecedores com os miasmas” exalados pelo adversário (MARUÍ, 30 maio. 1880).



A respeito dos membros da equipe de redação e direção do *Maruí*, a folha pelotense afirmava que eles passavam “sem novidade, cada vez mais bonitos e com a língua *menor*”, havendo “quem diga (porém nós não acreditamos) que os quatro só eram capazes de intrigar a população inteira do Rio Grande”, constatando com ironia que aquilo seria um “absurdo”, por se tratar de “uns *meninos tão espirituosos*” (CABRION, 30 maio 1880). Tal periódico prevenia “ao público” sobre afirmações do *Maruí*, de modo a “destruir essa miserável calúnia da *gentinha* do tal papelucho”. Em uma nota, o semanário de Pelotas eram ainda mais incisivo, afirmando: “Ao *Maruí* – sabe que mais, *seu* palerma? Vá à tábua” (CABRION, 6 jun. 1880). O encerramento da querela ocorreu a partir do *Maruí*, que publicou caricatura na qual o bobo da corte, no papel de redator/caricaturista/

litógrafo, em sua mesa de trabalho, fingindo certa preocupação quanto aos destinos do opositor, ao afirmar “para onde iria o nosso querido *Cabrion*, depois de cumprir o seu fadário em Pelotas?” (MARUÍ, 8 ago. 1880).

Nesse contexto, os semanários ilustrado-humorísticos representaram uma evolução na prática do jornalismo crítico-opinativo em relação aos pasquins. Mais organizados, com uma linha editorial melhor definida, uma maior qualidade gráfica e uma publicação mais regular, os caricatos atingiram maior popularidade, dando continuidade, de uma forma menos virulenta, à utilização pela imprensa do humor como estratégia discursiva. Apesar dessa perspectiva de buscarem ser menos incisivos em relação à pasquinagem, em algumas vezes os hebdomadários ilustrados tornavam-se extremamente incisivos, como foi o caso das querelas desenvolvidas entre os congêneres. Foi o caso das disputas entre o *Maruí* e o *Cabrion*, que se engalinharam ao longo dos primeiros oito meses de 1880. Ao increpar-se mutuamente os dois periódicos refletiam as históricas e tradicionais rivalidades entre as suas cidades sede, Rio Grande e Pelotas. Além disso, demarcavam a concorrência para a conquista do público de favorecedores, uma vez que havia um intercâmbio de circulação de ambos no seio das duas localidades. Finalmente, o acirrado debate despertava o interesse dos leitores, que chegavam a esperar o exemplar seguinte para verificar o próximo passo da altercação, ou seja, não deixava de ser uma estratégia de vendas, afinal a polêmica vendia exemplares.

Portugueses no Rio Grande da virada do século XIX e sua imprensa

*Portugal terra de bravos,
Pátria de heróis, de guerreiros,
Torrão de Almadás, Ribeiros,
Solo de glórias brilhantes,
Berço de Cunhas, Coutinhos,
Vultos possantes da história,
Que viverão na memória
De pigmeus e gigantes.*

*Permite que entre as coroas,
Entre os festões multicores,
As palmas, louros, vitorios,
Que vão-te as plantas cair,
Em homenagem ao dia
Que te recorda altos feitos,
Entrance meus pobres preitos:
– Salve passado e porvir!
(Echo Lusitano)*

A cidade do Rio Grande, de origens e formação histórica portuguesas, constituindo-se, inclusive, no primeiro núcleo de povoação oficial lusa no Rio Grande do Sul, teve também uma das suas mais tradicionais colônias formada por indivíduos dessa nacionalidade e por seus descendentes. Essa colônia buscou se organizar internamente, através da constituição de instituições, entidades, grupos ou atividades que congregassem seus

membros, processo no qual a imprensa também exerceria importante papel, surgindo diversos periódicos representando aquele segmento da sociedade rio-grandina⁷.

O estudo do processo de imigração e colonização no contexto sul-rio-grandense constitui um fenômeno fundamental a uma melhor compreensão da evolução histórica da Província/Estado, uma vez que esse se tornou um elemento constitutivo que alterou significativamente a conjuntura socioeconômica, político-ideológica e institucional do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, as pesquisas sobre a imigração/colonização tornaram-se cada vez mais frequentes nos trabalhos sobre a história gaúcha, surgindo um representativo manancial de informações sobre o assunto, bem como as mais diferentes abordagens a respeito do tema, o qual foi analisado pelos mais variados prismas, tendo em vista os diferentes arcabouços teóricos e metodológicos utilizados na implementação de tais estudos; desse modo, nas últimas décadas, a historiografia rio-grandense-do-sul tem sido cada vez mais prolífica em abordar as raízes da colonização e o papel do imigrante na estruturação da sociedade da mais meridional das unidades do Brasil.

Desde as formas mais tradicionais de abordagem histórica até as mais diversas visões revisionistas que intentaram rebater e/ou complementar as asserções por

⁷ Texto publicado originalmente em: Brasil 2000 - quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas, ed.1. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000, p. 259-266.

aquelas realizadas, as várias tendências historiográficas que se dedicaram a estudar o processo de imigração/colonização no Rio Grande do Sul deram uma ênfase primordial a dois dos contingentes de imigrantes – os alemães e os italianos. Assim, no contexto dos estudos sobre os estrangeiros em terras gaúchas, em um verdadeiro mar de trabalhos que se destinaram a descrever/interpretar o conteúdo histórico da imigração ítalo-germânica, as pesquisas sobre outros grupos representaram quase que algumas poucas e isoladas ilhas. Nessa linha, a imigração portuguesa para o Rio Grande do Sul promovida nas últimas décadas do século XIX e primórdios da centúria seguinte, consiste um tema que pequena recorrência teve na historiografia gaúcha.

Não se pode negligenciar que boa parte da historiografia sul-rio-grandense é calcada na asseveração do predomínio da influência luso-brasileira na formação histórica gaúcha. Porém esse trabalho de plasmar uma identidade lusitana e brasileira para o Rio Grande do Sul se prendeu muito mais ao papel exercido pelos portugueses, e principalmente açorianos, nos primórdios da ocupação do sul, mormente à época colonial, de modo que o contingente luso, para esses historiadores, aparece como um elemento legitimador de uma identidade nacional do Rio Grande do Sul para com o conjunto da sociedade da América Portuguesa. Nessa linha, até mesmo esses trabalhos, mais ligados à historiografia tradicional, que privilegiam a atuação lusitana na evolução da comunidade gaúcha, não dedicam, em seus estudos sobre a imigração, maior espaço a compreender historicamente o fenômeno social da imigração portuguesa para o Brasil Meridional, já ao

final do Império e nos primeiros anos da República. Um dos grandes entraves a esses estudos se dá exatamente a partir do fato de que diversos desses historiadores sequer chegaram a reconhecer no português, o caráter de imigrante estrangeiro, de maneira que, no projeto de cristalizar uma identidade única ao “povo” gaúcho, onde prevalecesse a homogeneidade e não as diferenças, a construção dessa identidade e a aplicabilidade de um processo de assimilação foi ainda mais fácil quando se referiu ao contingente lusitano.

Apesar dessas carências no campo da historiografia, a imigração portuguesa também teve seu papel de relevância na edificação da história brasileira, rio-grandense e rio-grandina da virada do século XIX. A imigração consistiu um fenômeno inerente à sociedade lusitana⁸, constituindo o Brasil um dos destinos preferenciais dessas levas populacionais⁹, chegando nessa época um considerável manancial de imigrantes lusos no território brasileiro e, especificamente no sul-rio-grandense, dedicando-se predominantemente às atividades urbanas, atuando mormente no comércio¹⁰.

⁸ Cfe.: ALPALHÃO, João António & ROSA, Victor M. Pereira. *Da emigração à aculturação*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983. p. 295.

⁹ De acordo com: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz & ARROTEIA, Jorge. *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1984. p. 9.

¹⁰ Alguns dados estatísticos sobre a imigração lusitana para o Brasil e o Rio Grande do Sul podem ser encontrados em: SERRÃO, Joel. Brasil - Portugal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico - declínio e queda do Império*. 2.ed. São Paulo,

Tal contingente populacional lusitano que veio para o Rio Grande do Sul e, em boa parte, concentrou-se na cidade do Rio Grande, ocupando-se prioritariamente nas lides do comércio¹¹, desenvolveu, ao longo do período entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos da centúria seguinte, uma série de atividades que visaram manter uma certa integração entre os imigrantes, aproximando-os por interesses e/ou laços culturais em comum, buscando garantir a manutenção de uma certa identidade desse mesmo grupo. A tendência à coesão interna e diferenciação em relação ao conjunto da população, em oposição a uma homogeneização e assimilação das populações de imigrantes foi uma dicotomia que marcou a sociedade gaúcha de origem estrangeira como um todo naquela época, com uma predominância cada vez maior da assimilação, através do perpassar das décadas do século XX, e os portugueses foram atingidos ainda com maior intensidade por esse processo, tendo em vista que nem mesmo a língua ou a religião serviram como elementos de discrepância, e, ao contrário, eram fatores de aproximação. Mesmo assim, até a virada do século XIX, os lusos atuaram diretamente na construção de uma identidade própria, se não excludente, ao menos demarcando uma certa intenção pré-concebida de

DIFEL, 1974. v.6. p. 209.; e LAYTANO, Dante de. Os portugueses. In: *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Editora Regional, 1958. v. 5. p. 126 e 151

¹¹ Os imigrantes de origem lusa também formaram um significativo núcleo colonial na Ilha dos Marinheiros, como afirma: RAMOS, Oscar de Oliveira. *Colonização no Brasil*. Porto Alegre: Tipografia do Centro. 1939.

manterem demarcadas as suas raízes lusitanas e o jornalismo seria um dos principais veículos de propagação desse sentimento.

A colônia portuguesa na cidade do Rio Grande se fez manifestar através da imprensa, publicando-se uma série de periódicos especializados essencialmente em divulgar fatos e opiniões sobre a comunidade lusa e a respeito de Portugal. Esses jornais oriundos da colônia portuguesa tinham por objetivo informar aos portugueses e seus descendentes sobre os acontecimentos de sua terra de origem, bem como criar mais um instrumento que permitisse uma certa unidade do grupo, visando destacar os interesses, tradições e laços culturais em comum. Tais publicações circularam desde o final da década de setenta até os primeiros anos do século XX, vindo a público folhas como *O Lusitano* (1878), o *Eco Lusitano* (1882-1887), a *União Portuguesa* (1894), *Pró Pátria* (1898), *A Razão* (1901) e *A Gazeta Portuguesa* (1903-1904)¹². Esses representantes do jornalismo envolviam desde jornais com proposta de circulação diária, passando pelos semanários, até as folhas comemorativas, em geral caracterizadas pela edição de um número único. Através do padrão editorial, informações e opiniões expressas por essa imprensa, torna-se possível observar alguns fragmentos das vivências cotidianas e das relações sociais, econômicas e político-ideológicas da população

¹² Sobre a imprensa rio-grandina, observar: BARRETO, Abeillard. A imprensa do Rio Grande no tempo do Império. *Rio Grande*. Rio Grande, 27 jun. 1935. p. 4-5.; e ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: FURG, 1995.

portuguesa que, no seu conjunto, integraram o intento de garantir a manutenção de uma identidade entre seus membros, buscando preservar e propagar essa identidade através do registro e da divulgação da palavra escrita¹³.

A busca da manutenção de uma identidade ligada ao país de origem foi manifestada através do culto da colônia portuguesa em relação a algumas das datas cívicas da nação portuguesa. Na época dos festejos nacionais, a comunidade lusa promovia uma série de atividades e os jornais a ela ligados publicavam textos de exortação aos “feitos heroicos” da “civilização portuguesa”, ou ainda lançavam-se publicações de número único, com o objetivo de divulgar e enaltecer os eventos em comemoração. Esse verdadeiro culto à pátria, no qual se inseria um constante rememorar das tradições e da história do povo português, servia para manter firmes os laços de união a Portugal e de coesão entre os imigrantes e seus descendentes. Por ocasião dessas datas, os jornais da colônia lusa publicavam uma série de textos enaltecendo o acontecimento demarcado, em geral reunindo os principais expoentes da intelectualidade de então, cada qual contribuindo com seus respectivos ensaios. Essas publicações demonstravam a tradição da colônia portuguesa em cultuar as “heranças”, os “feitos históricos” e as datas cívicas da “Pátria-Mãe”, e, através desta, a intenção de manter um elo a mais na busca de unidade e integração como grupo organizado. Nesse sentido, cada uma dessas datas servia para homenagens em prosa e verso,

¹³ Ver: SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1990. p. 82 e 84-86.

destacando-se as realizações do “brioso povo português”, como nas estrofes que marcam a abertura deste trabalho.

Apesar de buscar estabelecer alguns elementos que garantissem a manutenção de suas identidades de origem, os responsáveis pelos jornais da comunidade portuguesa, visando uma melhor aceitação de parte da sociedade que os acolhia, não deixaram de intentar a criação de uma visão pela qual a colonização lusa seria a ideal e a que melhores frutos poderia render para o Brasil. Em nome dos antigos laços que uniram o Brasil à Portugal, tanto no Período Colonial quanto após a independência e a formação do Estado Nacional Brasileiro, destacava-se a imigração portuguesa como a mais proveitosa e menos onerosa para o país, tendo em vista as poucas dificuldades de adaptação que os colonos lusitanos teriam em seu novo lar. Além disto, esses periódicos tiveram por objetivo cristalizar a asserção de que Brasil e Portugal representavam mercados intercomplementares e que, portanto, o incremento das relações comerciais trariam excelentes resultados para ambos os lados. Em comparação com as demais levas de imigrantes que se deslocavam para o Brasil, as folhas ligadas à colônia portuguesa argumentavam que os portugueses representariam o escopo desses novos mananciais de mão-de-obra, tanto para as atividades urbanas quanto rurais, além do que essa imigração não carecia do incentivo oficial, já que a mesma era “natural”, tendo em vista as “raízes” históricas que ligavam os dois países.

A fuga da penúria em Portugal, na busca de maiores oportunidades de vida e de construir riqueza no Brasil, foi um intento que não se tornaria realidade para

muitos dos imigrantes que para esse país se deslocavam. A chegada dos portugueses em terras brasileiras nem sempre era coroada de êxito e, muitos deles, tiveram de passar por amplas dificuldades, até encontrar, ou não, melhores condições de sobrevivência e ocupações que lhes garantissem o bem-estar próprio e de suas famílias, de modo que a criação de associações e a prestação de assistência foram algumas das modalidades desenvolvidas pela colônia portuguesa para resolver aqueles problemas. Esse espírito de associação levou a comunidade lusa da cidade do Rio Grande a ter participação decisiva na criação de uma série de entidades que se transformariam em verdadeiras instituições rio-grandinas, mormente ligadas à saúde e assistência, à cultura e às atividades comerciais, como a Santa Casa, a Beneficência Portuguesa, o Gabinete de Leitura, que viria a ser a Biblioteca Rio-Grandense, a Câmara do Comércio, o Clube do Comércio e a Sociedade União Comercial dos Varejistas¹⁴.

Durante os primeiros anos da República, a comunidade de origem portuguesa sofreria uma série de reveses, tendo em vista as transformações e a instabilidade política vividas pelo Brasil à época da mudança na forma de governo, além disso, as autoridades governamentais dariam um novo tratamento à questão da colonização e aos estrangeiros residentes no país, em uma deliberada intenção de homogeneizar o diferente¹⁵. Além disto, os imigrantes lusitanos seriam diretamente atingidos pelo ideário do jacobinismo, movimento político que orientou seu

¹⁴ LAYTANO. p. 151-152.

¹⁵ Cfe.: SEYFERTH. p. 82.

pensamento a partir de um nacionalismo que elegeu o português como o inimigo natural da recém-proclamada República Brasileira¹⁶. As ideias e práticas lusófonas dos jacobinos perpassariam a setores do conjunto da sociedade brasileira e influenciaram direta/indiretamente nas relações e formas de tratamento para com os portugueses¹⁷. Na cidade do Rio Grande, esse fenômeno também se faria presente e a imprensa da colônia portuguesa manifestaria os anseios e temores da população de origem lusa, ainda mais depois da ruptura diplomática entre Brasil e Portugal. Nesse quadro, a imprensa denunciava as perseguições ocorridas a partir da “agitação jacobinista”, bem como apontava os possíveis caminhos para aqueles que estivessem insatisfeitos, divulgando as atitudes das autoridades lusas na defesa dos súditos da Coroa Portuguesa; além disto, buscou-se também justificar os atos do Governo Português, argumentando-se que a forma pela qual se deram os fatos não constituiria motivo para o rompimento de relações entre aquelas duas “fraternas” nações.

Assim, na virada do século XIX, na cidade do Rio Grande, a colônia portuguesa tentou garantir alguns laços de identidade que unissem seus membros como um grupo razoavelmente coeso e mantivessem uma ligação com a sua pátria de origem. A partir da

¹⁶ Ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁷ Cfe.: SILVA, Maria Manuela. Ser português na República Velha: relações, conflitos e apropriações de identidade (1890/1900). In: *Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998. p. 309.

República e nas décadas seguintes, essa identidade sofreria um processo de crescente desgaste, tendo em vista as constantes tendências assimilativas, no que tange à cultura dos imigrantes no Brasil. Nessa perspectiva, naquela época, a comunidade portuguesa manteve certa ligação com a sociedade e a cultura originais, apesar das intensas pressões no intento da assimilação, as quais se tornariam cada vez mais incisivas¹⁸.

Essa busca pela manutenção de uma identidade, utilizando-se da imprensa para atingir esse objetivo, seria típica do período entre as décadas de setenta do século XIX e os primórdios da centúria seguinte, já que, depois dessa época, os jornais rio-grandinos ligados diretamente à colônia portuguesa tendem a perder espaço. Isto refletia o próprio incremento ao processo de assimilação cultural dos estrangeiros e seus descendentes, tendo em vista as constantes tendências nacionalistas que tomariam conta do cenário político nacional e que levaram em frente, e com veemência, o intento de eliminar os focos de diferenças culturais, as quais ao contrário, segundo essa perspectiva, deveriam ser absorvidas e homogeneizadas no conjunto de um todo que representaria uma “cultura brasileira”. Os imigrantes portugueses passariam por esse puro flagrante de abrasileiramento¹⁹, ainda mais tendo em vista as notórias semelhanças entre esses e os brasileiros natos, com língua, religião e formação histórica em comum, o que tornaria aquele processo de assimilação ainda mais direto sobre lusitanos e descendentes. Esse

¹⁸ SEYFERTH. p. 79.

¹⁹ LAYTANO. p. 119.

fenômeno se verificaria com significativa intensidade no Rio Grande do Sul, onde tanto os meios intelectuais tradicionais, quanto os segmentos tradicionalistas, mais populares, elegeriam o elemento luso como o catalisador para legitimar e plasmar a identidade de um gaúcho, essencialmente rio-grandense e brasileiro, ou seja mais identificado com o nacional/regional, do que o com o estrangeiro.

Apesar, dessa crescente tendência de assimilação/ aculturação, o intento de garantir uma certa identidade cultural permaneceu, embora tenham mudado os critérios usualmente empregados para marcar as identidades étnicas, os quais, se tornaram mais simbólicos do que fundamentados em uma diferenciação cultural real para muitos grupos²⁰, em manifestações bem mais ligadas, por exemplo, ao

²⁰ SEYFERTH. p. 94. Como exemplo dessa permanência, a autora destaca: As associações recreativas e culturais, por mais que tenham sido modificadas, também permanecem, em muitos casos, como locais onde as identidades étnicas são atualizadas. O exemplo mais significativo é o das casas regionais portuguesas no Rio de Janeiro (bem como em outras cidades brasileiras, inclusive no Rio Grande), que proporcionam não só o convívio entre pessoas de mesma origem, como procuram estimular as manifestações da cultura portuguesa, como forma de marcar simbolicamente a pertinência ao grupo étnico português. Apesar de a ideologia étnica exprimir certo grau de assimilacionismo, propondo a integração dos portugueses à sociedade brasileira, são também resguardados alguns elementos de identificação étnica, inclusive a identidade “português” isto é, uma assimilação que não supõe a perda da identidade étnica e da cultura portuguesa. p. 92-93.

folclore. Porém, naquela virada de século, era direta e objetivamente declarada essa intenção dos portugueses de garantirem sua identidade lusa. Dessa maneira, os jornais publicados pelos membros da colônia portuguesa, na cidade do Rio Grande, serviram para atender aos propósitos desse grupo, utilizando a imprensa como veículo de divulgação de seus intentos organizativos e assistencialistas e na defesa de seus interesses. Enaltecendo, através das folhas, o “valor” dos colonos originários de Portugal, os “feitos históricos” dos portugueses, as “heranças” da “civilização” portuguesa para o Brasil e para o mundo e as datas cívicas daquele país, bem como divulgando notícias sobre Portugal, os integrantes da colônia intentavam encontrar na memória coletiva e no saudosismo com relação à “Pátria-Mãe” o elo de ligação ideal para motivar e desenvolver o espírito de associação entre seus membros. O estudo desses poucos jornais remanescentes permite desvelar, ainda que de forma fragmentária, alguns dos detalhes que marcaram a construção dessas identidades.

Comércio e contrabando no Rio Grande do século XIX sob o olhar do jornalismo

Ao longo do século XIX, o contrabando tornou-se um elemento intrínseco à economia do Rio Grande do Sul, tendo em vista o espaço geográfico por ele ocupado, representado a extrema fronteira meridional do país, em uma zona de tradicionais litígios territoriais, e a própria formação histórica sul-rio-grandense, em constante e íntimo contato com os vizinhos sul-americanos, mormente por ocasião das questões platinas. A prática desse comércio ilícito levou ao enriquecimento de setores da oligarquia gaúcha, notadamente os segmentos ligados às regiões da Fronteira e da Campanha, os quais buscaram burlar e/ou negligenciar as mais variadas regras governamentais criadas para coibir o contrabando. Em contrapartida, as comunidades ligadas ao comércio legal, principalmente as litorâneas, intentaram combater incessantemente aquela prática ilícita²¹.

Nesse sentido, os setores prejudicados pelo contrabando historicamente exigiram medidas

²¹ Texto adaptado e ampliado a partir do publicado em: Por uma história multidisciplinar do Rio Grande. Rio Grande: FURG, 1999, p. 147-152.

coercitivas de parte dos governos. À época da Monarquia, essas exigências se voltavam à reivindicação de uma tarifa especial que viesse a proteger os produtos gaúchos e, de modo complementar, era exigido o desenvolvimento do sistema de transportes, como forma de promover a otimização da circulação de mercadorias, comercializadas legalmente (ver Cesar). Assim era visado o combate tanto aos segmentos nacionais que praticavam o contrabando, como as próprias autoridades do além-fronteiras que chegavam a incentivar tal prática (cfe. Souza. p. 150-151).

Com a República, foram tomadas medidas mais coercitivas em relação às práticas do comércio ilícito, sendo criado um aparelho burocrático e policial, bem como instaurados dispositivos legais, equiparando o crime de contrabando ao de moeda falsa, não admitindo fiança e permitindo a detenção dos apreendidos em flagrante (ver Barbosa, Freire e Silva). Ainda assim, os segmentos contrários ao contrabando não se deram por satisfeitos, tendo em vista que a nova política aduaneira republicana extinguiu a tarifa especial, pois, na concepção deles, as renovadas medidas alfandegárias de repressão ao contrabando só viriam a ser mais efetivas com a manutenção daquela tarifa. Ficavam mantidas dessa maneira as intenções protecionistas à economia formal no que tange às relações com os países fronteiriços (cfe. Alves, 1993. p. 142).

A cidade do Rio Grande representou uma daquelas comunidades litorâneas que combateu frontalmente a prática do contrabando, considerado como um dos mais prejudiciais elementos à atividade base da economia rio-grandina - o comércio. Assim, foi empreendida na cidade portuária uma construção

discursiva voltada a atacar o contrabando e seus mantenedores, com a exigência tanto nos tempos monárquicos, quanto nos republicanos, de que os governos atuassem em prol da eliminação do comércio ilegal. Nesse quadro de confronto discursivo comércio lícito X comércio ilícito, a imprensa teve um papel primordial, expressando as mais diversas formas de manifestações em oposição ao contrabando.

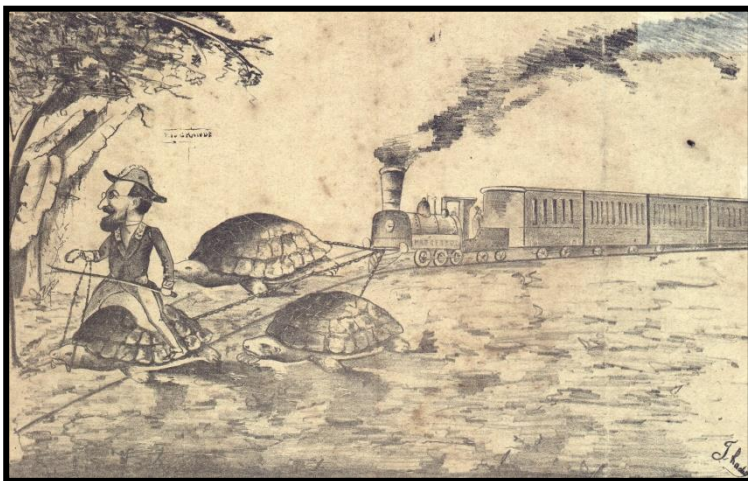
De acordo com tal perspectiva, era afirmado que os interesses rio-grandenses “ressentem-se poderosamente da estagnação de seu comércio”, uma vez que, “os direitos de exportação, que aumentam o preço dos gêneros provinciais, são tão perniciosos ao seu bem-estar que, longe de favorecer o seu comércio e a sua indústria, os destroem”. Ocorria ainda o vaticínio de que “a morte do comércio está bem próxima, se um remédio e pronto não for administrado”, ou seja, se não se fosse implementada a tarifa especial, “reclamada pela imprensa e aconselhada pelo próprio comércio”. Ainda atuando em prol da tarifa especial, havia a conclamação de toda a imprensa gaúcha para que sustentasse aquela causa, “desde tanto tempo encetada, sem que uma decisão” viesse a animar as “esperanças” da sociedade rio-grandense. Ficou demarcado igualmente o apelo para que, em “nome do patriotismo e da convicção”, todas “as forças se unissem”, de modo a “apresentar um conjunto respeitável que merecesse a atenção do governo”, de forma a “adquirir os meios indispensáveis para o comércio recuperar a atividade” que tinha perdido, dando “ao sul da Província aquela vida e animação que tanto contribuíra para a sua felicidade e aumento” (*O Comercial*, 27 jun. 1858 e 24 abr. 1859).

A imprensa caricata também entrou na campanha rio-grandina pela tarifa especial, exigindo atitudes mais práticas de parte dos políticos na efetivação daquela medida. Nesse sentido, diversas caricaturas foram publicadas apontando os malefícios que a falta daquela tarifa protecionista vinha trazendo às atividades comerciais. Em uma delas, a tarifa especial apareceu na forma de uma pequena ave que quebrava seu ovo²², chocado por um homem público transmutado também em ave, sobre a afirmação: “Por ora ainda está na casca... Veremos o que sai...”, referindo-se à esperança na breve implementação daquela medida (*O Diabrete*, 17 nov. 1878).



²² Nesse caso o ovo do qual saía a *tarifa especial* é “considerado como aquele que contém o germe e a partir do qual se desenvolverá a manifestação” (Chevalier & Gheerbrant. p.672).

A demora na implementação das medidas foi representada também pela arte caricatural, mostrando o mesmo político, puxando o progresso ferroviário, mas utilizando-se como força motriz de tartarugas, designando a lerdeza e a letargia (*O Diabrete*, 24 nov. 1878). Em outro desenho, era o bobo da corte²³, representando a imprensa ilustrado-humorística e a arte caricatural quem reivindicava àquela autoridade pública a tomada de decisões mais efetivas quanto às medidas protecionistas à economia sul-rio-grandense (*O Diabrete*, 1º dez. 1878).



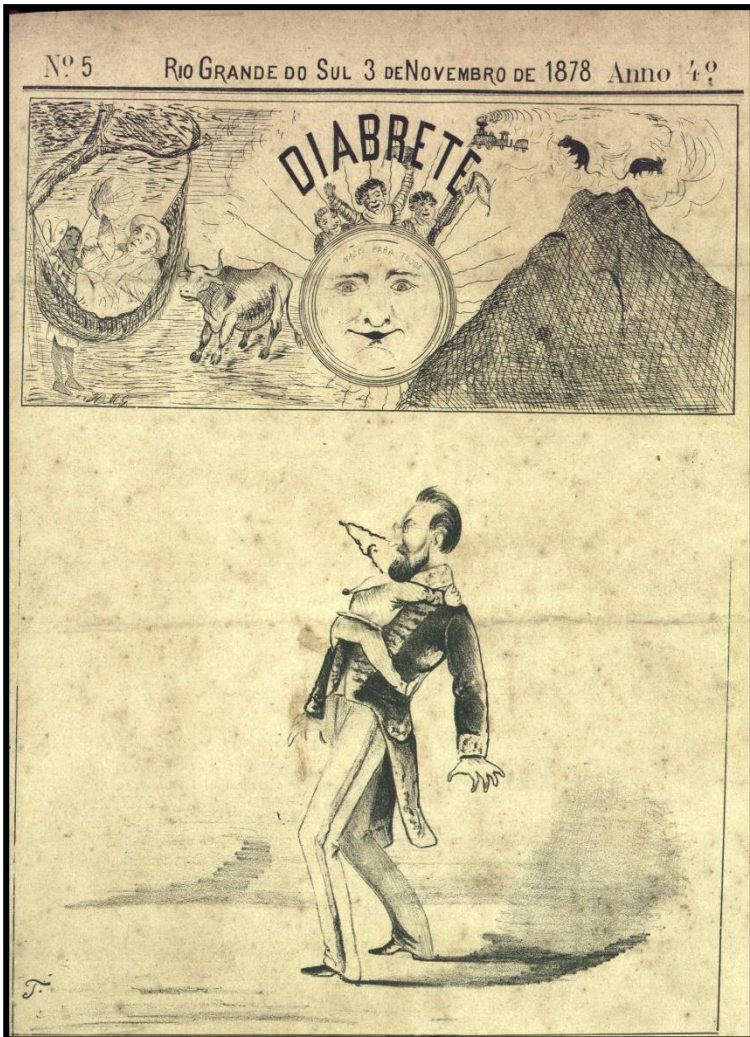
²³ O bobo-da-corte, figura comumente utilizada para representar os responsáveis pelas folhas caricatas, refere-se aquele que “diz em tom duro as coisas agradáveis e em tom jocoso as terríveis” (Cirlot. p.120).




Essas reivindicações aparecem ainda em outra caricatura, na qual o bobo da corte, primeiro abraçava um político, para depois dar-lhe uma pequena coroa de louros²⁴, reservando uma maior para a oportunidade do merecimento da total admiração de parte dos rio-grandinos, aparecendo na legenda: “Tome lá essa pequenina pela tarifa, a grande será para quando vier o decreto publicado da estrada de ferro”. A promessa seria cumprida na semana seguinte, quando foi entregue a coroa maior, sob a égide “*A César o que é de Cesar*” (*O Diabrete* 3 nov.; 15 e 22 dez. 1878). Apesar da efetivação da tarifa especial, os periódicos caricatos, bem mais tarde, continuaram denunciando as precárias condições do comércio rio-grandino, publicando uma figura na qual as portas das lojas apareciam todas fechadas, enquanto um Mercúrio²⁵ raquítico encontrava-se abandonado à rua, sob o desenho havia o irônico comentário: “O estado do comércio do Rio Grande. Completa atividade” (*Bisturi*, 27 out. 1889).

²⁴ A coroa de louros “é o signo visível de um sucesso, de um coroamento, que passa do ato ao sujeito criador da ação” (Cirlot. p. 183).

²⁵ Mercúrio ou Hermes é “um dos símbolos da inteligência industriosa e realizadora, preside ao comércio” (Chevalier & Gheerbrant. p.487).




Nº 10 RIO GRANDE DO SUL 15 DE DEZEMBRO DE 1878 Anno 4º



ODIABRETE
Redacção Rua Paysandú Nº 105

AS SIGNATURAS TRIMESTRE	NAPROVINCIA 5\$000	FORADA PROVINCIA 6\$000	AVULSO 500 RS
----------------------------	-----------------------	----------------------------	------------------



J.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



A tarifa especial, no entanto, não atingiria seus objetivos em grande escala e o comércio clandestino continuou se desenvolvendo plenamente. As denúncias dos prejuízos trazidos pelo contrabando continuaram a ocupar amplo espaço nas páginas dos jornais rio-grandinos, com a afirmação de que aquela atividade atingia “proporções verdadeiramente colossais” penetrando “por todos os pontos acessíveis da fronteira” e servindo aos “aventureiros” que enriqueciam “sobre as ruínas do comércio honesto”. Era destacado também que tornavam-se “incalculáveis os danos que o contrabando está produzindo na economia comercial e industrial da Província”, não permitindo que o Rio Grande do Sul progredisse (*Eco do Sul*, 15 jan. e 9 fev. 1888). Era explicado igualmente que o contrabando estava “tomando proporções verdadeiramente aterradoras”, cujos “resultados desse abuso, desse escândalo inaudito, sem exemplo em país algum do mundo” tornara “a Campanha, que era consumidora”, em “fornecedora das principais praças do litoral” (*Diário do Rio Grande*, 7 fev. 1888). Ocorria ainda a denúncia de que a Província passava por “uma crise tremenda, ocasionada pelo espantoso desenvolvimento do contrabando na fronteira”, de modo que definhava “o comércio lícito vencido pela terrível concorrência” que lhe impunha o comércio ilegal²⁶ (*Artista*, 27 abr. 1888).

²⁶ Os jornais destacavam também que um dos meios de evitar os males provocados pelo contrabando, era o aprimoramento do sistema de transportes, ao defenderem que: “A dificuldade de transportes foi a causa do deslocamento da Campanha rio-grandense; aferrados ao sistema de transporte primitivo, deixamos que os nossos vizinhos trouxessem (...) as suas vias mecânicas às nossas fronteiras e fossem paulatinamente

Segundo a imprensa rio-grandina, a tarifa especial não era suficiente para deter o comércio ilícito, pois este continuava “a invadir desassombradamente as fronteiras”, de modo que “as circunstâncias excepcionais da Província exigiam um sistema de repressão pela força, baseado no princípio da criminalidade do contrabandista e não os paliativos” até então “empregados, em evidente prejuízo das classes industriais”. Mesmo após a política de repressão ao contrabando adotada pelo governo republicano, persistiram as críticas, sob o argumento de que aquela prática ilegal continuava a desenvolver-se, com destaque para as “deficiências da nova lei de repressão”, tendo em vista que “a permanência da tarifa especial intacta era o único meio de tornar eficaz essa lei”. A agitação política que caracterizou o Rio Grande do Sul nos primórdios da República não permitiria uma implementação mais efetiva das leis de coerção ao contrabando, levando a permanência das preocupações dos jornais rio-grandinos, que chegaram a propor “uma reunião dos membros do comércio de todas as localidades interessadas” para estudar e tomar “melhores medidas que evitassem o contrabando, pondo termo à questão que se levantou contra o comércio do Estado (*O Trabalho Nacional*, 7 out. 1889; 24 fev. 1890 e 12 abr. 1891).

A pouca eficácia das medidas tomadas contra o comércio clandestino, tanto na Monarquia quanto na República, revelavam os limites de soluções pontuais

absorvendo o movimento comercial das regiões fronteiriças. (...) Se o governo não olha por isto, a Província do Rio Grande do Sul irá, como vulgarmente se diz, ‘por água abaixo’” (*Eco do Sul*, 9 fev. 1888).

para sanear um problema que era estrutural no conjunto da sociedade rio-grandina, traduzindo uma série de conflitos regionais e intra-oligárquicos (ver Baretta). Nesse quadro, a imprensa rio-grandina, refletindo a postura da própria cidade, atacou fortemente o contrabando, qualificando-o através de termos como a “hidra”, o “mal”, ou a “seiva mortal”, que prejudicava o “comércio honesto” das praças do Litoral e levava à ruína econômica do Rio Grande do Sul (Alves, 1995. p. 158). Os jornais atuavam assim como arautos em defesa da mais importante atividade econômica da “porta de entrada” provincial/estadual, movendo verdadeira cruzada contra o contrabando, considerado pelas folhas impressas como o maior inimigo do comércio lícito, sustentáculo da comunidade rio-grandina.

Referências bibliográficas:

ALVES, Francisco das Neves. Protecionismo X “americanização” republicana: o caso do Rio Grande do Sul no final do século XIX. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993. p. 137-149.

ALVES, Francisco das Neves. Contrabando X fiscalização na transição da Monarquia à República: o caso da cidade do Rio Grande. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG; SMEC, 1995. p.154-166.

BARBOSA, Rui. *Relatório do Ministério da Fazenda - 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985.

CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Ed. da UCS; Porto Alegre: EST - São Lourenço de Brindes, 1978.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Relatório do Ministério da Fazenda - 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

SILVA, J. Rezende. *A fronteira do sul*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

SOUZA, Susana Bleil de. Integração e desintegração regional no Prata: a história revisada. *Biblos*, v.5, n. extra. Rio Grande: Editora da FURG, 1993. p. 147-158.

Porto e Barra do Rio Grande na primeira metade do século XIX: perspectivas jornalísticas

O século XIX constituiu um momento de inflexão histórica para a cidade do Rio Grande, de modo que a localidade progressivamente deixar de ter essencialmente uma função essencialmente estratégico-militar, para firmar-se como o grande entreposto mercantil provincial. Como único porto marítimo sul-rio-grandense, a urbe passaria por um crescimento econômico a partir do comércio de importação e exportação. Um grave obstáculo se interpôs a tal processo, vinculado ao acesso marítimo, amplamente dificultado pela Barra. Além disso, havia a necessidade de constantes melhorias na estrutura portuária cidadina. Tais fatores acabariam por tornar-se verdadeira aspiração coletiva em meio à comunidade, com constantes reivindicações para a conquista dessas benfeitorias, como ocorreu nas páginas da imprensa durante a primeira metade do século XIX, objeto de estudo deste trabalho²⁷.

²⁷ Texto adaptado a partir de: *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, 2008. v. 1, p. 40-69 e 186.

A chegada da Família Real promoveria mudanças profundas no Brasil, nos mais variados campos, como o político, o econômico e o cultural. A Inglaterra, colocando-se no papel de defensora da dinastia reinante, passaria a fazer exigências em relação ao governante português. Mais uma vez na prática da política de concessões, Portugal acabaria por aceitar a decretação da Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas - em outras palavras, aos ingleses -, atitude mais tarde complementada por uma série de tratados que trariam amplas vantagens aos súditos dessa nacionalidade em terras brasileiras. Dessa forma, os britânicos viriam a obter um intento havia muito já almejado, quer seja, progressivamente ir afastando o sócio incômodo representado pelo lusitano e agir mais diretamente junto ao mercado brasileiro que surgiria como uma válvula de escape à produção inglesa, prejudicada pelo bloqueio continental. Era um golpe fatal no chamado pacto colonial que restringia ao exclusivismo as relações metrópole-colônia, de modo que, a partir de então, o Brasil se veria cada vez mais aberto ao comércio mundial. Na Vila do Rio Grande que progressivamente vinha sustentando seu processo de recuperação, esse contexto exerceria influência relevante e as atividades mercantis que já vinham em um crescendo passariam por incremento ainda mais acentuado, inclusive com a presença efetiva do comércio e de comerciantes britânicos nestas terras.

Ainda que o comércio estivesse se desenvolvendo, o acesso litorâneo permanecia como fator limitador. Bem nos primórdios do século XIX, o navegador Grant observava sobre a costa rio-grandense que, aí se achando um navio, estaria em um local onde

nenhum outro vento seria mais perigoso para o mar do aqueles que ali reinavam, de modo que, para com segurança alcançar a terra, se deveria velejar fazendo sondagens, embora tal intento não fosse conseguido com facilidade, podendo-se também reconhecer terra por diversos grupos de árvores, que ali apareciam, além de casas que viriam a ser avistadas²⁸. Fato marcante para a evolução mercantil rio-grandina seria a instalação da alfândega, em 1804, fator que se somou ao crescimento da economia da campanha rio-grandense, em virtude de uma crise na produção platina, vindo a concentrar na única saída marítima gaúcha os produtos derivados do gado que demandavam o exterior²⁹. Nesse quadro, ainda no nascedouro do crescimento mercantil rio-grandino, o comércio ilegal já era temido, prenunciando os primórdios de um fator que seria apresentado como um dos figadais inimigos da comuna portuária, tanto que, em 1808, afirmava-se que o contrabando poria em precipício todo o comércio da capitania³⁰.

²⁸ Instruções náuticas para o Porto do Rio Grande do Sul por diversos navegantes (1802-1855). In: MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Relatório apresentado ao Governo Imperial – Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Apêndices*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 3-4.

²⁹ COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 122, p. 59, 1982.

³⁰ MAGALHÃES, Manoel Antonio de. Almanaque da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1980. p. 81.

Um dos primeiros relatos que atentou para o papel que as atividades mercantis passavam a exercer no contexto da comuna rio-grandina foi realizado pelo comerciante britânico John Luccock³¹, que esteve em terras gaúchas em 1809. As dificuldades para a navegação não iriam passar-lhe despercebidas, descrevendo ele que, muito antes de avistar-se qualquer sinal que servisse para orientar a rota, sua embarcação estava em água rasa e cercada de bancos de areia, de modo que o capitão, tendo-se postado no tope do mastro, avistou esses baixios e os canais dentre eles, com mais nitidez do que se estivesse sobre o tombadilho, dando instruções sobre a maneira de governar. Destacava o aparecimento de um bote, que viera com um piloto a bordo que, por meio de sinais apropriados, prestou idêntico serviço. O britânico relatava que esses sinais não só indicavam a rota que o navio deveria seguir, como, às vezes, lhe aconselhavam a que deitasse âncora onde estava, ou mesmo a que retornasse ao mar alto, quando não houvesse água bastante na Barra para transpô-la. Explicava que o primeiro desses sinais era dado erguendo-se do bote uma bandeirinha na direção que o navio deveria tomar, e os outros dois, abaixando completamente a bandeira; o piloto permanecia no bote, que prosseguia um pouco à frente do navio, sondando com uma longa vara, que virava de ponta a ponta com agilidade, à medida que se avançava através de uma

³¹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 114-115 e 122.

Barra rasa e ampla, situada em uma angra profunda e perigosa.

Dez anos após a abertura dos portos, o incremento mercantil era visível através do litoral rio-grandino, com intenso fluxo de embarcações para os padrões da época, e os reflexos dessa atividade comercial se faziam sentir na própria evolução urbana da comuna³². Mas as dificuldades para chegar-se ao Rio Grande continuavam a deixar suas sequelas. Um livreto publicado pelo Conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Câmara fazia referências à profundidade da Barra a partir de 1819, ano no qual a mesma conservou-se em 12 palmos, tendo sido perdidas dez embarcações, quase todas na entrada, enquanto outras ficaram três meses à espera de ocasião favorável para sair e outras ainda tiveram de alijar parte da carga para consegui-lo. As profundidades e as posições do acesso continuariam variáveis, mas, segundo a narrativa, depois da retomada da cidade de São Pedro, parecia que a Barra teria atingido o máximo de fundo que poderia naturalmente alcançar, dando passagem a barcos de porte considerável³³.

Em uma época aproximada, em suas *Memórias ecônomo-políticas*, Antônio José Gonçalves Chaves,

³² COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 122, p. 59, 1982.

³³ INSTRUÇÕES náuticas para o Porto do Rio Grande do Sul por diversos navegantes (1802-1855). In: MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Relatório apresentado ao Governo Imperial – Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Apêndices*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 31-32.

proprietário de terras e conhecedor da região, referindo-se às construções públicas rio-grandinas, destacava certas precariedades e, quanto ao litoral, fazia referência a um trapiche construído em madeira que, relativamente falando, era a única obra da Fazenda Nacional que merecesse ser mencionada. Ao mesmo tempo, apontava um projeto de melhoramento da localidade que passava pela ampliação da profundidade do Canal da Barca, a edificação de uma nova alfândega, aonde viriam as lanchas com mercadorias e os navios fundeariam em um espaçoso surgidouro em frente à boca do canal projetado, cujos terrenos em volta seriam vendidos e o resultado dessa aquisição seria aplicado na conservação da via. Comentava que, diante de tais reformas se alegaria dificuldades, ao que argumentava que elas eram compatíveis com as forças públicas e aconteceriam mediante um esforço governamental. Segundo a concepção de Chaves, com tais melhorias poderia surgir uma nova Amsterdã, havendo condições de tornar-se o Rio Grande um dos lugares mais cômodos e agradáveis de todo o mundo³⁴.

No início dos anos vinte, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire³⁵ realizaria um dos relatos mais conhecidos sobre o Rio Grande do Sul dessa época. Crítico mordaz da situação rio-grandina, tendo em vista as limitações de acesso, chegou a sugerir que o estabelecimento portuário deveria concentrar-se em São

³⁴ CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública no Brasil*. Porto Alegre: ERUS, 1978. p. 175-177.

³⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS/Martins Livreiro, 1987. p. 57-77.

José do Norte e não no Rio Grande. A respeito da navegabilidade, afirmava que as embarcações de quatorze palmos de calado não poderiam transpor a Barra e que em frente à cidade não havia profundidade bastante para outras embarcações além de pequenos iates, dos quais os maiores ancoravam diante da aldeia do Norte, que poderia ser considerada como o verdadeiro porto de São Pedro. Na concepção do escritor, seria, pois, muito provável que a cidade do Rio Grande, não possuindo verdadeiramente um porto, situada em terreno estéril, no meio de pântanos e areais, fosse em breve abandonada se nela não tivessem colocado a alfândega e não fossem obrigados a transportar por ali todas as mercadorias que chegavam ao Norte, mesmo aquelas destinadas ao comércio desta aldeia. Comentava que seria fácil concluir o quanto esses transportes facilitavam o contrabando, tendo, além disso, o inconveniente de majorar os riscos e as despesas.

Ainda que não fosse mais a sede administrativa, Rio Grande permaneceria como uma das localidades mais importantes do contexto gaúcho, plenamente inserida no conjunto de progressos por que passava a capitania sulina. Se as transformações do período joanino já haviam significado uma abertura do Brasil para o mundo, mormente no que tange às suas cidades e vilas marítimas, como o caso rio-grandino, a formação do Estado Nacional iria consolidar tal processo. Após a derrota do império napoleônico, buscar-se-ia reordenar o continente europeu, fazendo com que ele voltasse à situação pré-Revolução Francesa. Seria então organizado o Congresso de Viena, com a função de criar mecanismos que servissem de anteparo ao avanço do espírito liberal, em uma tentativa de manter as

estruturas vitais do Antigo Regime. Tal esforço enfrentaria forte resistência, pois a primeira metade do século XIX fora marcada por verdadeiro endemismo revolucionário que se alastraria por várias regiões europeias, em ciclos de rebeldia que, a partir de determinados epicentros, espalhavam-se pelo mundo. Ainda que a maior parte desses movimentos não tivesse conseguido atingir a totalidade de seus intentos imediatamente, a médio e longo prazo, por meio das fissuras que provocavam no Antigo Regime, acabariam por contribuir para o seu esfacelamento final.

Na América Latina de colonização hispânica, o primeiro desses ciclos revolucionários resultaria na formação dos Estados Nacionais, após árduas guerras, quando se fragmentaria o antigo império espanhol e se formariam vários países, normalmente assolados por disputas internas de caráter caudilhista pelo controle do poder. Nessa conjuntura, Brasil também passaria pelo processo de independência, como culminância das mudanças ocorridas desde o início da época joanina. Acompanhando as transformações mundiais, a antiga colônia já havia evoluído administrativamente, elevada que fora a Reino Unido. Essa condição servia para que D. João garantisse sua permanência no Brasil e não viesse de encontro aos ditames do Congresso de Viena. A endemia rebelde, entretanto, também atingira Portugal, através da Revolução do Porto, a qual exigiria o retorno do soberano e, progressivamente, pretenderia estabelecer uma recolonização do Brasil. Boa parte da oligarquia brasileira, usufruindo das benesses da abertura do período joanino, não tinha a mínima intenção de novamente se sujeitar às restrições do

colonialismo e aliando-se ao príncipe regente D. Pedro, passou a articular o movimento emancipacionista.

Ao contrário dos vizinhos hispano-americanos, a formação do Estado Nacional Brasileiro resultou da negociação, da conciliação e da concessão em relação à antiga metrópole e sob a tutela britânica, assim nascia um país monárquico e mantinha-se a casa reinante, de modo a não contrariar de todo o conservadorismo emanado do Congresso de Viena. A emancipação política trazia dessa maneira um caminho de continuidades em relação à estrutura socioeconômica do jovem país, que tinha como uma de suas primeiras preocupações a de garantir a manutenção e obtenção de novos mercados para suas práticas mercantis. O Rio Grande do Sul constituiu uma das regiões que deu amplo apoio ao projeto da independência, e assim consolidou sua posição de província fronteiriça, encravada na região próxima à instabilidade platina, contribuindo para a manutenção da Banda Oriental, que foi mantida incorporada ao Império Brasileiro. A atividade charqueadora encontrava-se em plena evolução e o Porto rio-grandino, apesar das limitações que lhe eram impostas, exercia seu papel de principal entreposto comercial da produção gaúcha.

Nessa época, a vila do Rio Grande seria descrita por um dos viajantes europeus que mais tempo permaneceu na província, o militar e depois comerciante Nicolau Dreys³⁶, que morou por uma década no Rio Grande do Sul. Suas descrições sobre a localidade são

³⁶ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1927. p. 10-13, 18-21 e 104-107.

aproximadamente da metade da década de vinte, demonstrando bastante expectativa para com a comuna portuária. Ainda assim, não deixava de salientar que os mares do Rio Grande foram sempre objeto de pavor, pelo menos de inquietação para os navegantes, mormente para os estrangeiros, de modo que a navegação nestas paragens não era sem dificuldades, nem mesmo sem perigos. Explicava que, em toda esta vasta extensão de costa, não havia lugar algum em que o mar não rebentasse com violência, e do Porto da Laguna até o do Rio Grande, nenhum abrigo se oferecia ao navegante, em um quadro em que a costa, tristemente nua, seca, ameaçadora, prometia um naufrágio provável a qualquer embarcação que quisesse chegar a ela e qualificava de infeliz aquele que fosse surpreendido à vista de terra pelos ventos, tão repentinos como violentos nesses climas caprichosos, mormente na espécie de enseada que formava a costa pelos 30° 40' de latitude, posição na qual o sinistro seria quase inevitável.

Em época bem próxima a essa narrativa, o militar suíço-alemão Carl Seidler³⁷ também fazia referências ao Rio Grande, considerando-o como o único porto marítimo da província em que se encontrava melhor produto de vida, conhecendo-se regularmente as comidas europeias e sua preparação. Apontava para os muitos navios norte-americanos sempre ali ancorados, além de holandeses, ingleses e franceses, que vinham ao Rio Grande e abasteciam a comuna, e através dela a província, em produtos europeus, em um contexto no qual hamburgueses, e, de modo geral, alemães, eram

³⁷ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 102.

raros, pois que tão longa viagem só costumava ser feita em grandes navios de três mastros e estes não podiam entrar no Porto, por causa das areias tocadas pelo vento, que iam cada vez mais reduzindo a profundidade.

Assim, a comunidade vivia em função do comércio marítimo e era essencial ao seu desenvolvimento a comunicação fácil com o oceano e uma ancoragem cômoda aos barcos que a ela se dirigiam, mas durante muito tempo Rio Grande não dispôs destas duas condições primordiais. Nesse quadro, se progressivamente os trapiches se espalhavam pela praia, resolvendo o problema da atracação dos veleiros, o Canal da Barca, acesso do ancoradouro, não apresentava profundidade suficiente às exigências da navegação³⁸. Começaria então uma batalha incessante para vencer esse primeiro grande obstáculo. As dificuldades de acesso já eram notícia no alvorecer da imprensa rio-grandina, como na informação publicada pelo primeiro jornal da urbe de que os navios não vinham entrando em consequência das calmarias que se faziam presentes, ao mesmo tempo em que havia comentários de que muitas embarcações se achavam na Barra para sair³⁹. Informava a imprensa citadina que, em 1832, o comércio, capitalistas e proprietários do Rio Grande, sem auxílio algum do governo, se propuseram fazer abrir o Canal da Barca, o que conseguiram despendendo mais de 60:000\$ réis⁴⁰.

³⁸ COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 122, p. 63, 1982.

³⁹ O NOTICIADOR. Rio Grande, 25 de maio de 1832.

⁴⁰ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13-14 de outubro de

Em setembro de 1832, era divulgado que uma sociedade de negociantes mandara trazer, para abrir o Canal da Barca, uma máquina importada, construída sobre o modelo mais aprovado e efetivo usado nos Estados Unidos e correspondendo plenamente à esperança de seu inventor. Detalhava-se que tal máquina era da força de quinze cavalos e poderia cavar, em circunstâncias favoráveis e sendo bem servida com barcas, de quarenta a cinquenta toneladas de areia ou lama por hora, podendo aprofundar a água até vinte e quatro palmos. Prevvia-se que ela entraria em ação brevemente, trazendo esperanças de abrir-se à navegação da província um ancoradouro seguro e cômodo no Porto. Conjeturava-se que tal atitude poderia ser repetida em outros lugares do Rio Grande do Sul, uma vez que aqueles empreendedores acabariam sendo reembolsados a partir dos resultados que adviriam ao desenvolvimento do comércio, da navegação e da indústria⁴¹.

Os anos trinta constituíram uma época de novo influxo das ideias liberais que se espalhavam pelo mundo e chegavam ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e à vila do Rio Grande, surgindo espaço para recorrentes reivindicações, das quais também seria alvo o ambiente portuário rio-grandino. No início de 1832, o jornal *O Noticiador* criticava a forma pela qual o governo organizara a praticagem da Barra. Comentava que tal assunto era da mais transcendente gravidade, pois danos e inconveniências originavam-se do antigo uso de ser tal

1850.

⁴¹ O NOTICIADOR. Rio Grande, 20 de setembro de 1832.

serviço considerado como uma propriedade exclusiva de um só indivíduo, a quem havia sido concedido esse privilégio, o qual seria o mais oposto à razão e ao interesse nacional, pelos incalculáveis males que vinha trazendo ao comércio. Dizendo-se comprometido em contribuir para o bem público, o periódico apresentava um projeto que visava a abolir o que considerava tão pernicioso abuso, de modo a tornar franca a praticagem, esperando que fosse apoiado pelos legisladores, de modo a atender o bem geral e os clamores de toda a província e antepor resistência aos inconvenientes daquele monopólio⁴².

Nesse sentido, a proposta apresentada pelo *Noticiador* defendia que a praticagem da Barra da Província ficaria livre para quem a quisesse exercer, a partir de comissão nomeada pela Câmara Municipal, composta de negociantes, mestres de barcos e práticos da Barra, dos mais conceituados, para estabelecer os estatutos que deveriam servir de regimento, encaminhando-os para apreciação das autoridades públicas provinciais⁴³. Assim, o jornal defendia que a livre praticagem seria fruto da liberdade da indústria, advindo dela a prosperidade da navegação e do comércio, mas, ao mesmo tempo, esperava-se que os aspirantes não fossem neófitos e sim habilitados com uma série de requisitos⁴⁴. De acordo com o mesmo

⁴² O NOTICIADOR. Rio Grande, 13 de janeiro de 1832.

⁴³ O NOTICIADOR. Rio Grande, 13 de janeiro de 1832.

⁴⁴ O NOTICIADOR. Rio Grande, 1º de fevereiro de 1835. Nessa linha, eram expressas as qualidades e requisitos indispensáveis para ser admitido como prático: 1. Que tenham servido na praticagem da Barra um ano completo, e daí para

espírito reivindicativo de cunho liberal, buscava demonstrar que, por vezes, as questões fiscais poderiam agir como empecilhos às atividades mercantis e à navegação, caso de uma correspondência reclamatória enviada à imprensa, questionando quando acabaria o vexame que sofria o comércio do Rio Grande pela opressiva e escandalosa proibição que criava restrições à ancoragem de embarcações no Porto por determinações da Fazenda Provincial⁴⁵.

De acordo com a premissa de que o Porto não era elemento de entrada apenas de mercadorias, mas também de pessoas, ideias e notícias, a Barra também serviria como obstáculo à chegada de informações até a

cima sucessivamente e sem interrupção; 2. Que além dos que praticarem um ano, sejam também admitidos a práticos os oficiais de embarcações nacionais, que por mais de três anos sucessivos tiverem navegado por essa província; 3. Que possuam uma catraia de construção e capacidade adequada ao seu fim, e tripulada com onze homens que na maior parte sejam livres, devendo trazer cada uma das catraias um virador e um ancorote, para socorrer as embarcações quando necessário for. 4. Que haja pelo menos uma lancha paga por todos os práticos, tripulada com nove homens, a qual, às ocasiões de saídas e entradas, se conservará no lugar do costume, devendo trazer um ferro e uma amarra suficiente para a embarcação de maior porte, das que entram na Barra; 5. Os requisitos que ficam especificados devem justificar-se perante um dos juizes de paz, cujos distritos compreendem o litoral dos dois lados do Canal, com prova testemunhal de duas a cinco testemunhas e estando sujeito a exame de peritos; 6. A justificação com o juízo dos peritos servirá de título legítimo e válido.

⁴⁵ O NOTICIADOR. Rio Grande, 20 de janeiro de 1832.

comuna litorânea que, por vezes, via-se isolada dos acontecimentos que se desenrolavam pelo mundo. Quanto a esse aspecto, uma das reclamações expressas pelo jornalismo era a de que, muitas vezes, quando os navios ficavam retidos sem acesso ao Rio Grande, as malas de correspondências eram entregues na Administração do Norte e lá acabavam demorando, segundo a imprensa, por abuso ou negligência, de modo que os rio-grandinos sofriam por muito tempo incalculáveis prejuízos pela demora das suas cartas e extravio de algumas, custando também a chegar os jornais de outros lugares, trazendo as novidades, denunciando-se que tendia a haver continuidade naqueles abusos, vexames e descuidos. A reclamação, em um primeiro momento, parecia ter surtido efeito, vindo a anunciar-se que as autoridades públicas estavam tomando providências para cortar aquele nó górdio que tanto atraso produzira à comunidade⁴⁶.

Essa falta de notícias, advinda das intempéries e dos óbices à entrada no Rio Grande, ficava bem expressa em uma manifestação do *Noticiador* de que havia quase um mês que não entravam no Porto embarcações do Rio de Janeiro, de onde se sabia que algumas estavam a sair, de modo que as informações de lá vindas já estavam defasadas. A folha apontava que a causa desses problemas eram as tempestades que algum dano vinham causando à navegação, permanecendo a comuna portuária sem novidades quanto aos acontecimentos no centro do país, de modo que passara a ocupar-se dos negócios internos, julgando que os mesmos também

⁴⁶ O NOTICIADOR. Rio Grande, 27 de janeiro de 1832; O NOTICIADOR. Rio Grande, 6 de abril de 1832.

mereceriam a atenção dos leitores. A matéria era concluída esperançosamente, destacando o periódico que prometia noticiar qualquer fato novo, assim que entrassem navios, os quais seriam esperados com ardente desejo⁴⁷. Naquela época de grandes agitações e transformações pelo mundo e com fortes reflexos no Brasil, as carências do noticiário poderiam gerar certa insegurança na comunidade portuária que ainda sofria os efeitos do isolamento.

Ainda na década de trinta, as insatisfações e reivindicações continuavam encontrando eco através do jornalismo, caso de uma correspondência publicada e assinada por um “inimigo dos maus trapiches”, que denunciava o mau estado do trapiche da alfândega, narrando dois episódios, em que caíram nas águas um indivíduo e, posteriormente, uma barrica, acusando a podridão das madeiras daquela obra pública como a origem de tais catástrofes. Em tom de cobrança, a carta destacava que todas as embarcações de Barra fora que vinham descarregar no Porto pagavam 6\$000 para usar tal ponte, e, tendo em vista esse pagamento, deveria haver uma soma suficiente para reparar ou reedificar um trapiche que já teria pelo menos quinze anos de construção, não sendo possível que durasse para sempre⁴⁸. Tal cobrança de atitudes demonstrava um descompasso entre os avanços provenientes das atividades mercantis e a dotação de melhorias públicas para com a estrutura urbana da comuna.

Mas as autoridades públicas também utilizavam as páginas impressas para justificar suas atitudes,

⁴⁷ O NOTICIADOR. Rio Grande, 24 de setembro de 1832.

⁴⁸ O OBSERVADOR. Rio Grande, 17 de dezembro de 1832.

intentando demonstrar que sua atuação tinha de enfrentar as inclemências climáticas. Nessa perspectiva, em julho de 1833, *O Observador* divulgava correspondência da praticagem da Barra aos comerciantes, proprietários e consignatários das embarcações que navegavam pela Barra do Rio Grande. Destacava as vantagens reconhecidas de um farol e a necessidade que a Barra tinha dele, motivos que levaram o Governo a mandar colocar um sobre a Atalaia, já havia aproximadamente uma década, o qual logo fora arruinado e destruído pela ação das intempéries e pela falta de todos os vidros. Observava ainda que, em noites de bom tempo, poderiam chegar algumas embarcações que, por virem tarde à Barra e não haver o farol, não entravam e, muitas vezes por isso, se lhes tornava a viagem grande, trabalhosa e muito prejudicial. Declarava que, por tais circunstâncias, mandara envidraçar todo o farol, retocando-o e preparando-o com os competentes reflexos e luzes, de modo que solicitava colaboração àqueles segmentos, na forma de pagamento de 3\$500 por cada embarcação por viagem redonda, calculado esse valor como a despesa diária do citado farol⁴⁹.

A respeito do papel mercantil rio-grandino, uma das expressões mais representativas foi lapidada pelo estudioso francês Arsène Isabelle⁵⁰, que, à entrada da urbe, afirmava que estava chegando à principal porta da província, conhecida com o nome de Rio Grande. Chamava atenção para o bem-estar dos habitantes, o que

⁴⁹ O OBSERVADOR. Rio Grande, 13 de julho de 1833.

⁵⁰ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 77-80.

comprovaria que os negócios eram bons nesta parte da província, considerando que o fator que mais contribuía para a prosperidade de São Pedro era o espírito de associação de seus negociantes, os quais empregariam grande parte de suas fortunas em empresas de utilidade pública, tentando atrair o comércio estrangeiro, assim como modificar, por obras importantes, os graves inconvenientes da situação desagradável e pouco cômoda que apresentava a localidade. Corroborando sua asserção, o autor citava uma sociedade de acionistas que se encarregara de cavar, por meio de custosas máquinas a vapor, um canal com vistas a permitir que navios de duzentas toneladas ou mais pudessem vir ao cais fazer seu carregamento e descarregamento e que, antes da conclusão desses trabalhos, não sem grandes perdas por parte da sociedade, os navios paravam todos em São José, e os armadores e consignatários tinham depois de arcar com as despesas maiores da baldeação e transporte. De acordo com o escritor francês, a embocadura do Rio Grande era obstruída por uma barra ou banco de areia movediça, que tornava a entrada muito difícil para navios com mais de dez ou onze pés de água, de maneira que, durante a noite, um fogo colocado na margem direita e que se avistava a quatro léguas de distância indicava a entrada do rio; já durante o dia, bandeiras de diversas cores, içadas no cimo do farol, assinalavam a quantidade de água no canal e a direção a seguir, havendo também pilotos experimentados para conduzir os navios.

As dificuldades de comunicação e navegabilidade levariam os habitantes da “porta de entrada rio-grandense” a redigir representação à Assembleia Provincial, em maio de 1835, solicitando

providências. A reivindicação era entabulada em nome de uma praça comercial de grande importância, já que era o assento da primeira alfândega da província e na qual se recebia a maior soma de direitos, tanto de importação como de exportação, mas que, apesar de essa importante povoação supor-se muito feliz por suas grandes proporções para tornar-se uma grande cidade marítima, quando os progressos da indústria, o aumento da população e as forças da Fazenda Pública permitissem, os limites impostos por aquela questão baqueavam essa caminhada. Afirmava-se que os males apontados resultavam em gravíssimos prejuízos ao comércio legítimo, à arrecadação de impostos, à prosperidade, à moral pública e à autoridade das leis, trazendo o incremento do contrabando, o prejuízo da riqueza e do fisco e os riscos à segurança geral de todo o território, elementos que se faziam sentir com gravidade assustadora e que reclamavam a mais incessante e zelosa atenção dos depositários da autoridade pública⁵¹.

As reivindicações em torno de melhores condições de ingresso através do litoral passariam por certo refluxo a partir da deflagração da Revolução Farroupilha. Mais uma vez ocorria um reflexo do contexto europeu no imperial e provincial, pois, na Europa, desencadeara-se um outro ciclo revolucionário de oposição ao Antigo Regime. Tais movimentos se faziam sentir com força no Brasil, que adentraria um dos períodos mais agitados de sua história. O I Reinado fora caracterizado pela alternância de práticas governativas de parte de D. Pedro I, liberal ao apoiar a emancipação política, mas autor de medidas autoritárias e de força

⁵¹ O NOTICIADOR. Rio Grande, 22 de junho de 1835.

como no caso do fechamento da Assembleia Constituinte, dotando o país de uma constituição marcada pela centralização político-administrativa e a concentração dos poderes nas mãos do governante. Não resistindo à crise e preocupado com os rumos da sucessão lusa, o primeiro imperador acabaria por abdicar em nome de seu filho, ainda menor de idade, iniciando-se o período regencial. Os liberais mais exaltados e os radicais imaginaram que seria o momento de corrigir os rumos do país em direção à formação de um Estado Nacional Liberal, processo que teria sido interrompido com a atuação de Pedro I e as determinações constitucionais. O jogo de forças no Congresso Nacional acabaria por não possibilitar a maioria dos avanços pretendidos, de modo que muitos daqueles grupos políticos passariam da agitação ideológica à aplicação do denominado direito à revolução dos povos. Como na Europa, o Brasil se veria aturdido por uma série de movimentos de rebeldia que colocaram em teste a sua integridade institucional e territorial.

A mais grave entre as rebeliões regenciais ocorreria no Rio Grande do Sul - a Revolução Farroupilha, que arrastaria a província a quase dez anos de lutas. Entre os fatores que levaram à rebelião gaúcha, estava o federalismo, pois boa parte dos grupos políticos existentes no sul era partidária dos ideais federativos, em oposição ao centralismo da Constituição Imperial, que, mesmo modificada por Ato Adicional, continuava a manter a centralização e a concentração de poderes. Se os rio-grandenses passaram a poder escolher dentre eles os membros da Assembleia Provincial, o comando do executivo continuava nas mãos do poder central, que se

encarregava de enviar os Presidentes da Província. Um outro elemento que levaria à deflagração da revolta seria a busca das elites gaúchas de uma política protecionista que defendesse a indústria charqueadora rio-grandense da concorrência da platina, vindo a pleitear uma sobretaxação dos produtos vindos do Prata e algumas facilidades na obtenção de insumos à produção, como no caso do sal. O contexto político platino também foi um dos motivadores da guerra no sul, mormente no que tange à perda da Cisplatina, formando-se ali um estado independente, o Uruguai, de modo que vários dos interesses da oligarquia rio-grandense, possuidora de terras além-fronteiras, poderiam ser prejudicados, além do fato de que essa mesma elite latifundiária, que havia contribuído na deflagração da guerra, com a derrota, passaria a exigir pesadas indenizações da parte do governo. Os rebeldes metabolizariam vários dos princípios liberais, adaptando-os à realidade sul-rio-grandense e aos seus interesses em legitimar o movimento que iniciaria como uma manifestação contrária ao governante, colocando outro em seu lugar, e redundaria em ferrenha guerra civil, chegando à ruptura institucional, com a formação de uma república independente do Império Brasileiro.

Os dez anos de guerra trariam graves prejuízos à estrutura econômica rio-grandense-do-sul, ficando a produção pecuário-charqueadora praticamente estagnada. A vila do Rio Grande, que seria elevada à condição de cidade em 1835, foi mantida sob o controle dos legalistas antirrevolucionários durante todo o conflito e tentou manter as lides comerciais, que inevitavelmente também sofreriam sérios revezes com o decênio de confrontos. Além disso, os óbices à

navegação continuavam sendo uma plena realidade. Durante a época da Revolução, em 1836, o capitão James Harrison fazia algumas observações sobre a Barra do Rio Grande no que tange à sua pouca profundidade e à grande necessidade de prudência ao transitar-se por ela. Explicava que não eram conhecidas marcas que pudessem guiar o navio, pois a costa era uma continuação de cômoros de areia, cujas formas e posições alteravam-se com qualquer vento, interrompidos com pequenos matos dispersos, de forma que a latitude era o melhor guia. Dois anos depois, o navegante dizia-se surpreso, pois não pensara que a posição da Barra pudesse sofrer tamanha alteração, como efetivamente sofrera, em tão pouco tempo. Ainda mais tarde, em julho de 1842, o Ministério do Estado, em Washington, publicava algumas instruções acerca da costa rio-grandense, informando condições climáticas, direção dos ventos, variações de profundidade e cuidados a serem tomados durante a travessia, revelando-se, assim, o interesse norte-americano, já àquela época, no comércio da região. Notícias sobre os riscos no litoral gaúcho eram também publicadas na imprensa do centro do país nos últimos instantes da deflagração revolucionária rio-grandense⁵².

A guerra no sul terminaria em 1845, tendo em vista o esgotamento dos rebeldes; a falta de alternativas

⁵² INSTRUÇÕES náuticas para o Porto do Rio Grande do Sul por diversos navegantes (1802-1855). In: MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Relatório apresentado ao Governo Imperial – Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Apêndices*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 6-9.

do Rio Grande do Sul para a colocação de sua produção, tendo em vista sua economia subsidiária, em que produzia para o consumo interno de um país agroexportador e periférico na economia mundial; e os interesses imperiais de promover uma ampla pacificação no Brasil em busca da estabilidade político-institucional que poderia garantir estabilidade econômica, interesse que era ainda mais vivo no Rio Grande, tendo em vista a iminência de conflitos bélicos com os vizinhos platinos, diante dos quais um Rio Grande do Sul pacificado tornava-se fator fundamental para o sucesso nas guerras que se avizinham. A partir de então, a província sulina passaria por uma lenta e progressiva recuperação econômica, com a volta da peonada e até mesmo da escravaria que, largando as armas, retornariam às suas lides campeiras. Tal recuperação econômica também se faria sentir junto à urbe rio-grandina, através de um gradual recobramento comercial.

Tendo em vista os perigos apresentados pela Barra, o Governo Imperial criou, em 1846, a Inspetoria da Praticagem da Barra, instalada na povoação da Barra, sob direção de um oficial da Armada Nacional, servida por práticos conhecedores da região e por marinheiros. Dispunha de escaleres e de um salva-vidas. As sondagens da profundidade eram feitas por meio de navio a vapor, acompanhado por uma catraia, que ficava fundeada em ponto conveniente⁵³. Esse governo mandaria executar, em abril de 1846, o Regulamento para a Praticagem da Barra do Rio Grande do Sul, que definia o pessoal, o material e as formas de receita e

⁵³ PRADEL, Antonio. *Histórico da Barra do Rio Grande*. Rio Grande: Câmara do Comércio, 1969. p. 1.

despesa da praticagem, bem como alguns regramentos acerca do acesso pela Barra rio-grandina⁵⁴. A partir de então, a ação da praticagem seria um tema recorrente junto à comunidade rio-grandina, discutindo-se à exaustão os seus alcances e limites, mormente através dos jornais, que lançaram, por meio de suas páginas, desde o enaltecimento pleno até as mais ferrenhas críticas a esse serviço e seus administradores.

Nos últimos anos da década de quarenta, observava-se certo mal-estar entre os representantes do setor comercial rio-grandino e as autoridades públicas enviadas para administrar os serviços em torno da Barra. Foi o caso de representação ao Governo Imperial enviada pelos comerciantes contra a má atuação do administrador da Barra, sob a justificativa de que se estava a atender aos queixumes de todos quantos se interessavam pela prosperidade da província e, sobretudo, da rica e nobre classe mercantil⁵⁵. Os desentendimentos se dariam também entre aquela praça comercial e o comando da praticagem da Barra, que não estaria a fornecer o rol da movimentação de navios com a precisa regularidade, e sim, mantendo um sistema próprio de fazer o que quisesse, enviando-se nova representação para que o governo tomasse na devida consideração um negócio que dele reclamava a mais eficaz solicitude. Destacava-se que o comércio era quem mais de perto sentia os efeitos de semelhante emperramento e a seus interesses importava restabelecer na Barra a dali banida capacidade de inteligência, para

⁵⁴ REGULAMENTO para a Praticagem da Barra do Rio Grande do Sul. Lisboa: Imprensa Nacional, 1849. p. 5-8.

⁵⁵ O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 13 de janeiro de 1847.

que não se repetissem os casos de naufrágio e risco de tantas vidas, bem como para obviar os entraves que se opunham ao progresso da navegação. Em linhas gerais, a pretensão dos comerciantes locais era um controle mais direto sobre aqueles serviços. Nesse sentido, sob o argumento do apuro em que se encontrava o comércio, indicava-se a conveniência de entregar a administração e a praticagem da Barra aos cuidados da praça, que só assim poderia colher de tal estabelecimento as devidas vantagens⁵⁶.

Um ano depois da instituição do regulamento para a praticagem da Barra, esse dispositivo chegou a ser caracterizado como fator que piorara o desenvolvimento comercial, fazendo aparecer dificuldades invencíveis, as quais redundavam em aniquilamento da navegação e, portanto, da prosperidade e grandeza da província. Afirmava-se que a Barra, por seu medonho aspecto, por seus temíveis bancos de areia sempre e constantemente movediços à vontade dos ventos e das correntes, ameaçava de morte o nauta que dela se aproximava, e o obrigava por isso, por mais experiente e audaz que fosse, a uma vigilância apurada, presidida sempre pela prudência e cautela. Mesmo quando sereno o céu e bonançoso o tempo, ainda assim, ao singrar as águas da Barra sofria o navegante ansiedade extrema e cruéis arrepios de medo, pela facilidade com que de repente salva ao través o vento, e sopra forte do Sueste, que tantos estragos tinha causado à navegação e ao comércio e tantas vítimas feito⁵⁷.

⁵⁶ O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 3 de fevereiro de 1847.

⁵⁷ O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 29 de maio de 1847.

Haja vista todos os riscos, se destacava a relevância do serviço de praticagem, o qual foi considerado prejudicado por aquela legislação de abril de 1846 que diminuía a remuneração dos práticos. Nessa linha, questionava-se quem por tão insignificante quantia se sujeitaria aos contínuos riscos de vida a que estava exposto um prático, e afirmava-se que, depois da publicação daquele desarrazoado regulamento, o que vinha se sucedendo era que os melhores práticos abandonaram seus postos, passando a haver apenas alguns poucos homens inexperientes a quem estavam confiadas fortunas colossais que eram trazidas à cidade e eram remetidas para muitos e diferentes portos, os interesses avultados das rendas gerais e a vida enfim de milhares de homens. Propunha-se, desse modo, a revogação do decreto, ou pelo menos uma alteração quase total, caso contrário as desvantagens por ele trazidas continuariam e cresceriam. Apontava-se também a necessidade do uso de barcas a vapor pelo serviço da Barra, ao que se esperava o apoio do corpo legislativo de modo a se manter essa grandiosa empresa cuja realização era de suma vantagem para uma província capaz de grandes desenvolvimentos por sua importância e riqueza⁵⁸.

Progressivamente, apesar das intempéries e obstáculos naturais, intentava-se aprimorar os meios de transporte pelas vias hídricas sul-rio-grandenses. Era o caso de matéria jornalística que informava que a empresa da navegação por meio de barcas a vapor parecia ir tomando algum incremento, pois acabara de chegar o casco de uma barca que se dispunha a navegar

⁵⁸ O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 29 de maio de 1847.

no interior da província. Destacava-se que as vantagens daí originadas em favor do comércio eram incalculáveis e plenamente experimentadas na província, uma vez que as notícias e conduções de gêneros, que por um barco de vela se realizavam em doze ou mais dias, alcançavam-se por um vapor em menos de três. Explicava-se que nesse pequeno espaço de tempo o negociante obtinha o que muitas vezes precisava com urgência saber para o bom andamento dos seus interesses, e as notícias locais chegavam com mais presteza por esse condutor do que por qualquer outro⁵⁹.

Em novembro de 1847, o Inspetor da Alfândega enviava correspondência ao Capitão do Porto da Província, na qual narrava que havia recebido algumas reclamações de negociantes estrangeiros, expondo os embaraços e obstáculos que encontravam no embarque dos couros, visto que as embarcações estrangeiras não poderiam atracar no cais como antes, por estar em execução o regulamento dos ancoradouros e achando-se todo o litoral impedido por materiais e embarcações miúdas. Assim, pedia providências a fim de evitar tais problemas que traziam prejuízos às rendas públicas. Em resposta, o Capitão do Porto argumentava que era grande o desejo de que a Rua da Boa Vista ficasse desobstruída dos objetos que embaraçavam o trânsito e a servidão pública, tendo publicado vários editais acerca do assunto e levado tal negócio ao conhecimento da Câmara Municipal, a qual prometera coadjuvar nessa dificultosa empresa. Essa autoridade pública manifestava esperança de levar a efeito esse serviço de utilidade pública e melhoramento do Porto, dando

⁵⁹ O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 12 de junho de 1847.

publicidade àqueles ofícios para que os possuidores dos objetos que embaraçavam o trânsito da referida Rua reconhecessem que era o interesse do bem público que estava em jogo⁶⁰.

Apesar das providências, os relatos continuavam a ser pouco auspiciosos. Na época, o serviço de reboques era fundamental para o acesso ao Rio Grande. Exemplificativamente, demonstrando a navegação na região, a Companhia Rio-Grandense de Reboques a Vapor anunciava que o vapor *Rio Grande*, de força de cem cavalos, achava-se pronto para o serviço de reboques para a entrada ou saída na Barra e para deslocamento do ancoradouro citadino, do Canal da Barca ou do Norte para a Barra ou vice-versa. Os navios que quisessem ser rebocados, tanto de entrada como de saída, deveriam içar os sinais da água em que estivessem e, acima destes, a bandeira da nação a que pertencessem⁶¹.

Ao final de 1848, o *Diário do Rio Grande* publicava manifesto de exortação quanto às necessárias providências acerca dos obstáculos da Barra rio-grandina, que muitos e incomensuráveis prejuízos causavam à indústria em geral e ao comércio e navegação muito especialmente. Denunciava um quadro em que muitas embarcações nacionais e estrangeiras demoraram ali por mais de dois meses, à espera de monção para sair, e bancos obstruíam a navegabilidade e impunham sérios riscos. O cerne da manifestação se dava no sentido de exigir providências governamentais,

⁶⁰ O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 23 de novembro de 1847.

⁶¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 27 de novembro de 1848.

destacando-se que a um governo previdente e esclarecido nunca deveriam falecer os meios para tudo fazer, devendo procurar ao menos minorar, se não fosse possível fazer cessar inteiramente os males resultantes daquele grande flagelo que oprimia, aniquilava e destruía todos os gérmenes da indústria e, ainda mais, ceifava anualmente milhares de vidas sempre preciosas. Avisava, por fim, que, se não atendesse o governo àquelas reivindicações, não cessaria de bradar por socorros em nome daqueles que tinham de atravessar a Barra⁶².

A navegação e alocação no Porto também estava ligada à questão do fisco, como bem demonstrava declaração da Capitania do Porto de dezembro de 1848, determinando que, sendo de imediata conveniência para a boa fiscalização das rendas públicas que se marcasse um ancoradouro privativo para as embarcações à carga, de combinação com o respectivo inspetor da alfândega, não se consentisse que as embarcações continuassem fundeadas em diferentes lugares, e sim em um só ponto, onde se tornasse mais eficaz a vigilância das autoridades fiscais⁶³. Ainda nesse ano, o relato da Câmara Municipal revelava a preocupação com as canoas que abasteciam de peixe o mercado, as quais não tinham um lugar privativo onde atracar, ficando expostas às tempestades de encontro às estacadas, de modo que foi adotada a solução de construir uma doca onde se pudesse vender o peixe, próxima à Praça do Mercado, tendo sido já

⁶² DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13 de dezembro de 1848.

⁶³ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 9 de janeiro de 1849.

iniciados os trabalhos de construção. Os edis municipais anunciavam também a construção de um trapiche na Rua da Boa Vista com um guindaste de ferro, do qual poderia resultar bom rendimento, a partir da aprovação pela Assembleia Provincial, de taxa a ser paga pelos usuários, bem como a reserva de um lugar próximo ao terreno aforado à Santa Casa de Misericórdia para estaleiro de pequenas embarcações⁶⁴.

Já no encerramento dos anos quarenta, o Porto do Rio Grande do Sul era descrito como formado pela terminação da Lagoa dos Patos, e de difícil acesso, por isso era necessária a assistência de um prático para bem navegá-lo, e, achando-se sucedido por uma Barra ainda mais difícil, tornavam-se pouco aproveitáveis quaisquer instruções para a sua navegação⁶⁵. Em outubro de 1849 era noticiado que se lançara ao mar a barca de escavação que o governo mandara construir a pedido do comércio para abertura do Canal da Barca⁶⁶, sendo implementado serviço que crescentemente viria a ser crucial para a navegação no litoral rio-grandino.

Em junho de 1850, o jornal *Diário do Rio Grande* aplaudia a iniciativa dos comerciantes locais na busca por providências para a desobstrução do Canal da Barca.

⁶⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 12 de janeiro de 1849.

⁶⁵ CARTA do Barão Roussin - Instruções náuticas para o Porto do Rio Grande do Sul por diversos navegantes (1802-1855). In: MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul - Relatório apresentado ao Governo Imperial - Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul - Apêndices*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 10-11.

⁶⁶ O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 25 de outubro de 1849.

Afirmava a folha que o comércio rio-grandino não trepidara um só instante em levar a efeito todos os meios tendentes a cortar a obstrução que impedia a livre navegação de suas praias, e que tais medidas eram um sincero testemunho da harmonia que reinava entre todo esse corpo respeitável da sociedade, o qual tanto se interessava pelo engrandecimento desta parte da província. Vaticinava a publicação que a cidade portuária, onde não faltavam recursos para levar a cabo as maiores empresas, onde haveria devotada simpatia para complemento das grandes obras e onde não haveria mister de socorro de estranhos, deveria prosperar, todas as vezes que em seu seio se abrigasse o desejo de tornar útil tudo quanto se coadunasse com o avanço da vida industriosa. Chamando atenção para as vantagens advindas de tal providência, o *Diário* argumentava que, sendo a liberdade a alma e vida do comércio, forçoso seria que na carreira das transações não se antolhassem barreiras que viessem pôr peias a esse *motu continuo*, que era como uma necessidade para o turbilhão de negócios que diariamente se suscitavam, pois não vencer os obstáculos que impossibilitavam o movimento seria querer conservar-se em *status quo*, posição na verdade árdua para todo aquele que intentava a elevação da vida social, como, no caso, era o anseio da classe mercantil cidadina⁶⁷.

A questão da obstrução das vias navegáveis ficava bem expressa nas determinações da Capitania dos Portos expedidas em setembro de 1850 e amplamente divulgadas por meio dos jornais rio-grandinos. Fazia

⁶⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 10 de junho de 1850.

saber a autoridade pública que tomara as necessárias providências para evitar o abuso de serem lançados ao mar quaisquer objetos que pudessem obstruir tanto o Canal da Barca quanto o Porto da cidade, de modo que seriam os transgressores rigorosamente punidos com multas. Nesse sentido, ficava determinado que qualquer embarcação que quisesse descarregar ou receber lastro deveria requerer ao Capitão do Porto a devida permissão, e este indicaria o lugar para isso; ficava proibido embarcar ou desembarcar lastro durante a noite, lançá-lo ao mar ou promover a varredura do porão no lugar do ancoradouro; seria permitida a baldeação de lastro entre embarcações, com licença oficial e tomando as cautelas ordenadas para evitar que caísse no mar; e eram também autorizadas as embarcações de cabotagem a ir fora dos ancoradouros para receber lastro⁶⁸.

Ainda a respeito do Canal da Barca, a Câmara Municipal, em outubro de 1850, relatava que os comerciantes locais haviam tomado providências, em 1832, no sentido de desobstruir tal via, mas que, com o passar dos anos, a ação natural das intempéries, mais uma vez, obstaculizara a mesma, de modo que fora obtida com o apoio governamental uma barca de escavação, entretanto faltavam os meios pecuniários para fazê-la trabalhar, assim novamente se cotizaram os comerciantes para levar em frente a meta, mas não sendo suficiente a soma obtida com tal subscrição, solicitava-se o apoio da Assembleia Provincial para cumprir-se esse

⁶⁸ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 23 de setembro de 1850; O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 30 de setembro de 1850.

desiderato. Os vereadores do município também relatavam que, além das embarcações de cabotagem e das de navegação interna da província, o Porto cidadão recebia muitos navios de quase todos os países estrangeiros, de modo que seria da maior importância a conservação de seu ancoradouro, além da construção de um cais de pedra de cantaria sobre todo o litoral. Para tal fim, novamente solicitavam o apoio das autoridades provinciais⁶⁹.

Mais uma vez buscando desimpedir ao máximo a atividade náutica no Rio Grande, o Capitão do Porto fazia saber que, existindo no fundo do ancoradouro da cidade, acima da praça do mercado, um casco velho que ali estava embarçando a navegação e danificando o próprio ancoradouro, conservando-se naquele lugar havia muitos anos, requisitara ao Juiz Municipal as necessárias providências; soubera então que o mesmo pertencia a herdeiros, os quais ficavam obrigados à extração do casco no prazo de quinze dias, ao que, não sendo cumprindo, a Capitania se encarregaria de realizar tal serviço, dando o devido fim ao desmancho conforme as regulamentações vigentes⁷⁰.

Até a metade do século XIX, os melhoramentos do acesso marítimo e a estrutura portuária, vitais para o incremento das atividades mercantis na cidade do Rio Grande, permaneciam como uma aspiração coletiva, mas cuja concretização ainda demoraria longo período para ser efetivada. A história da cidade do Rio Grande foi marcada pelo recorrente enfrentamento do ser humano

⁶⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13-14 de outubro de 1850.

⁷⁰ O RIO-GRANDENSE. Rio Grande, 4 de dezembro de 1850.

com a natureza, segundo as próprias concepções civilizatórias de então. Organizar e estruturar uma ordenação urbana que, em um primeiro momento, servisse para enfrentar as intempéries, para progressivamente ir atendendo às demandas do convívio social e às exigências do modelo europeu de civilização, foi uma labuta contínua no período. A questão da navegação estaria completamente inserida nesse processo, como bem ficou evidenciado na paulatina construção do cais e as transformações nas ruas contíguas, de modo a possibilitar maior comodidade às lides mercantis e promover o aformoseamento da cidade – para usar expressão tão em voga na época – de modo a dar-lhe uma feição de verdadeiro cartão-postal ao mundo com o qual queria se relacionar, assim como na interminável batalha contra a “Barra diabólica” e os enormes prejuízos dela advindos. Tal processo, entretanto, só viria a encontrar uma solução mais efetiva a partir das décadas iniciais do século XX.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



9 786553 061248

ISBN: 978-65-5306-124-8